

COIMBRA  
BUSINESS  
SCHOOL

 **iscac**   
Politécnico de Coimbra

**COIMBRA  
BUSINESS  
SCHOOL**  
 **iscac**   
Politécnico de Coimbra

Bárbara Sofia Ameixa Jorge Botelho dos Santos

**Trabalho de Projeto**

**Proposta de Relatório de Sustentabilidade do IPC**

Coimbra, outubro de 2025





Bárbara S. A. J. Botelho dos Santos

## **Proposta de Relatório de Sustentabilidade do IPC**

Trabalho de projeto submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizado sob a orientação da Professora Maria de Fátima Travassos Conde e Coorientação da Professora Sandra Sofia Morais dos Santos Matos.

Coimbra, outubro de 2025

*Proposta de Relatório de Sustentabilidade do IPC*

---

**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser a autora deste trabalho de projeto, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente trabalho de projeto.

*Proposta de Relatório de Sustentabilidade do IPC*

---

## **AGRADECIMENTOS**

A concretização deste objetivo só foi possível graças ao apoio, direto e indireto, de muitas pessoas e instituições.

Agradeço ao Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) e ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, que não só me acompanharam ao longo do mestrado, mas também tornaram possível a realização deste projeto, que tanto significado tem para mim.

Um profundo agradecimento à minha orientadora, Doutora Fátima Conde, pelo apoio, incentivo e paciência que sempre demonstrou ao longo destes meses, e à minha coorientadora, Doutora Sandra Matos, pelo contributo e disponibilidade, que foram essenciais para concretização deste projeto. Sem vós, este fim de ciclo não teria sido possível.

Agradeço ainda à Doutora Ana Ferreira, pelo tempo dedicado à leitura do projeto e pelas palavras que gentilmente disponibilizou.

Ao Gabinete de Saúde Ocupacional do IPC, em particular ao António Loureiro e à Sílvia Seco, o meu agradecimento pela disponibilização dos dados necessários à elaboração da proposta de estrutura para o Relatório de Sustentabilidade.

Um agradecimento muito especial à minha mãe e à minha tia. Por cuidarem e acreditarem em mim, mesmo quando eu duvidara. Pelas palavras de conforto os momentos de maior ansiedade. Devo-vos tudo. Este trabalho é, em grande parte, alicerçado em ambas.

À minha amiga Natércia. Presença constante e fundamental nos meus dias, um agradecimento profundo pela amizade, pelas palavras que abraçavam e pela força que sempre transmitiu. Nunca esquecerei o quão especial esta amizade é.

À minha amiga Joana, uma amizade recente, mas repleta de significado. O meu agradecimento por me inspirares a persistir até o fim, mesmo quando os tempos foram menos favoráveis, conseguiu manter o foco e a motivação. A Joana é um exemplo de determinação e resiliência.

Por fim, ao Rafael. Agradeço por toda a paciência, compreensão e carinho ao longo dos últimos meses. Obrigada pela capacidade e tolerância para dissipar o nevoeiro que tantas vezes pairava sobre mim e por todas as palavras bonitas de incentivo.

*Proposta de Relatório de Sustentabilidade do IPC*

---

A todas as pessoas que estiveram ao meu lado nesta caminhada, o meu sincero obrigada. Cada um, à sua maneira, deixou uma marca neste percurso e contribuiu para que este ciclo terminasse, com o coração cheio de gratidão.

## **RESUMO**

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável assumem atualmente um papel central nas agendas políticas, económicas e sociais da atualidade, refletindo um compromisso global com o equilíbrio entre a preservação ambiental, a equidade social e o crescimento económico.

Este trabalho analisa a contribuição das Instituições de Ensino Superior na promoção da sustentabilidade, enquanto agentes estratégicos de transformação ambiental e social. Com base numa revisão teórica e documental, aborda-se a evolução conceptual da sustentabilidade, as principais teorias associadas, bem como o enquadramento europeu e internacional das políticas e normas de sustentabilidade. Evidencia-se, também, a relevância das escolas superiores na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mediante a integração dos Princípios ASG e dos Princípios para a Gestão da Educação Responsável nas práticas educativas, científicas e institucionais.

Este estudo recorreu à metodologia qualitativa para a análise de literatura e os resultados confirmam que a incorporação transversal da sustentabilidade no ensino superior é fundamental para formar cidadãos conscientes, promover a inovação responsável e consolidar uma cultura institucional orientada para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Princípios ASG, Instituições de Ensino Superior

## **ABSTRACT**

Sustainability and sustainable development currently occupy a central place in today's political, economic and social agendas, reflecting a global commitment to balancing environmental preservation, social equity and economic growth. This work examines the contribution of Higher Education Institutions to the promotion of sustainability, as strategic agents of environmental and social transformation. Based on a theoretical and documentary review, it addresses the conceptual evolution of sustainability, the main associated theories, as well as the European and international frameworks for sustainability policies and standards. It also highlights the importance of higher education institutions in achieving the Sustainable Development Goals, through the integration of ESG Principles and the Principles for Responsible Management Education into educational, scientific and institutional practices. This study employed a qualitative methodology for literature analysis, and the results confirm that embedding sustainability across higher education is fundamental to educating informed, conscientious citizens, promoting responsible innovation and consolidating an institutional culture oriented towards sustainable development.

**Keywords:** Sustainability, Sustainable Development, Social Responsibility, Sustainable Development Goals, ESG Principles, Higher Education Institutions

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
1 Capítulo 1 – Sustentabilidade: Enquadramento Conceptual e Evolução .....	3
1.1 Conceitos Fundamentais.....	3
1.1.1 Definições de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável .....	3
1.1.2 Dimensões da Sustentabilidade (Ambiental, Social e Económica – <i>Triple Bottom Line</i> ).....	4
1.1.3 Responsabilidade Social.....	5
1.2 Evolução Histórica do Conceito de Sustentabilidade.....	6
1.3 Principais Teorias Associadas à Sustentabilidade.....	8
1.3.1 Teoria <i>Triple Bottom Line</i> .....	8
1.3.2 Teoria dos <i>Stakeholders</i> .....	9
1.3.3 Teoria da Legitimidade.....	11
1.4 Organizações e Orientações Internacionais de Sustentabilidade.....	12
1.4.1 Organização das Nações Unidas.....	13
1.4.2 <i>Global Reporting Initiative</i> .....	13
1.4.3 <i>Sustainability Accounting Standards Board</i> .....	14
1.4.4 Pacto Global da Organização das Nações Unidas .....	17
1.4.5 Princípios ASG (Ambiente, Sociedade e Governação).....	18
1.4.6 Relato Não Financeiro e Relato Sustentável .....	20
1.5 Políticas e Estratégias Europeias para o Desenvolvimento Sustentável .....	21
1.5.1 Estratégia Europeia para a Sustentabilidade 2030.....	22
1.5.2 Pacto Ecológico Europeu ( <i>Green Deal</i> ) .....	23
1.5.3 <i>European Sustainability Reporting Standards</i> e a Diretiva CSRD .....	24

*Proposta de Relatório de Sustentabilidade do IPC*

---

1.6	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	26
2	Capítulo 2 – Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior .....	28
2.1	Enquadramento Teórico da Sustentabilidade no Ensino Superior .....	29
2.1.1	O Papel das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Sustentável 29	
2.1.2	Educação e Cidadania Ambiental nas IES .....	31
2.2	Modelos e Práticas de Integração da Sustentabilidade nas IES.....	32
2.2.1	Integração Curricular e Princípios ASG.....	32
2.2.2	Princípios para a Gestão Responsável (PGER).....	33
2.2.3	Iniciativas e Práticas Sustentáveis em <i>Campus</i> Universitários .....	35
2.3	Instrumentos de Monitorização e Comunicação da Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior .....	37
2.3.1	Quadros de Referência e Indicadores de Desempenho Sustentável .....	37
2.3.2	Relato Sustentável e <i>Accountability</i> nas Instituições de Ensino Superior...	39
	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	43
	RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE.....	51

## **ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS**

Figura 1 - Triple Bottom Line .....	5
Figura 2- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	27
Tabela 1 - Categorias fundamentais das dimensões da sustentabilidade apresentadas pelo SASB .....	15
Tabela 2 - Os 10 Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas .....	17
Tabela 3 - Pilares da Estratégia Europeia para a Sustentabilidade.....	22
Tabela 4 – Princípios para a Gestão da Educação Responsável.....	34

*Proposta de Relatório de Sustentabilidade do IPC*

---

**Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

ASG – Ambiente, Sociedade e Governança

CSRD – Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa

ESRS – *European Sustainability Reporting Standards*

GRI – *Global Reporting Initiative*

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IES – Instituições de Ensino Superior

IPC – Instituto Politécnico de Coimbra

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PGER – Princípios para a Gestão da Educação Responsável

SASB – *Sustainability Accounting Standards Board*

TBL – *Triple Bottom Line*

UE – União Europeia

## INTRODUÇÃO

A crescente consciencialização global em torno de desafios como as alterações climáticas, a escassez de recursos e o agravamento das desigualdades sociais tem colocado a sustentabilidade no centro das prioridades políticas, económicas e sociais.

Desde a definição do conceito de desenvolvimento sustentável, pela Comissão de Brundtland, em 1987, a sustentabilidade consolidou-se como um paradigma orientador que visa o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e económica. Estes princípios têm, progressivamente, moldado as políticas e práticas de governação em múltiplos setores, incluindo o setor da educação.

Neste enquadramento, as Instituições de Ensino Superior (IES) assumem um papel estratégico na transição para uma sociedade mais sustentável. Para além da sua missão educativa e científica, as IES são reconhecidas como agentes de mudança social, com responsabilidade direta na integração dos princípios de sustentabilidade nas dimensões pedagógica, científica e institucional. A atuação destas tem, não só consequências diretas na formação de cidadãos críticos e socialmente responsáveis, mas também na produção de conhecimento científico e na implementação de práticas institucionais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

O presente artigo propõe-se a analisar a interligação entre a sustentabilidade e o ensino superior, procurando compreender de que forma as IES podem integrar as dimensões ambiental, social e governança (Princípios ASG) e os ODS nas estratégias de ensino, investigação e gestão institucional. Para tal, foi adotada uma metodologia qualitativa, baseada na análise documental e interpretativa de referências teóricas, normativas e institucionais. Esta abordagem permite uma compreensão aprofundada e contextualizada das dinâmicas que orientam a gestão sustentável das instituições académicas, bem como dos desafios e oportunidades associadas à sua implementação.

A estrutura do artigo organiza-se em dois capítulos principais. O primeiro aborda os conceitos fundamentais e as teorias principais associadas ao desenvolvimento sustentável, explorando dimensões e normativos internacionais de referência, como as Normas da *Global Reporting Initiative (GRI)*, o *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*

*Sustentabilidade e o Ensino Superior*

---

e as *European Sustainability Reporting Standards (ESRS)*. O segundo capítulo analisa a relação entre o ensino superior e a sustentabilidade, com destaque para as práticas de educação e gestão que contribuem para o cumprimento dos ODS e para a consolidação de uma cultura institucional sustentável.

Em complemento, este artigo inclui uma Proposta de Estrutura de Relatório de Sustentabilidade para o Instituto do Politécnico de Coimbra (IPC), referente ao ano 2024, elaborado com informações facultadas pela própria instituição. O relatório encontra-se estruturado segundo os Princípios ASG e constitui-se como um caso ilustrativo da aplicação prática dos referenciais de sustentabilidade no contexto do IPC, permitindo estabelecer uma ponte entre a reflexão teórica e a prática institucional.

## **1 Capítulo 1 – Sustentabilidade: Enquadramento Conceptual e Evolução**

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável apresentam-se como temas fundamentais na atualidade, por ambicionarem a conciliação entre o crescimento económico, a equidade social e a preservação ambiental.

Perante os novos desafios globais, como as alterações climáticas, a escassez de recursos naturais e o aumento das desigualdades, estes conceitos potenciam a conceção de políticas e práticas que visam garantir o bem-estar das gerações atuais, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações vindouras. Assim, a sustentabilidade constitui um paradigma de desenvolvimento sustentável, baseado na responsabilidade social, na eficiência económica e na salvaguarda dos ecossistemas, elementos cruciais para a consolidação de um futuro mais equilibrado e justo.

### **1.1 Conceitos Fundamentais**

A incorporação da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável na agenda global intensificou-se devido à crescente consciencialização ambiental, à maior pressão dos *stakeholders* por questões de transparência, à extensão das obrigações legais e pela ambição de uma sociedade mais justa e sustentável (Purvis, Mao & Robinson, 2019).

#### **1.1.1 Definições de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável**

A primeira vez que a Organização das Nações Unidas (ONU) abordou as matérias da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável remonta para a década de 1970. Nesse período, o desenvolvimento sustentável era designado de ecodesenvolvimento e referia-se ao “crescimento económico eficiente no longo prazo e, ao mesmo tempo, para a melhoria das condições socioeconómicas das populações, em paralelo com o respeito pelo ambiente” (Faustino & Amador, 2016, p. 3).

Na década de 1980, a ONU, através da Comissão Brundtland, a equipa constituída para elaborar o relatório *Our Common Future*, avança com o termo desenvolvimento

sustentável e define-o como o “desenvolvimento que consegue dar resposta às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as futuras gerações responderem as suas necessidades” (Rodrigues et al., 2022, p. 34). Desta forma, desenvolvimento sustentável corresponde à capacidade de satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer as necessidades das gerações futuras, de forma a proporcionar uma sociedade mais ecológica e equitativa (Sroufe, 2017; Purvis et al., 2019, Gaspar, 2021).

Para tal, é fundamental que as organizações estabeleçam, na sua estratégia interna, a definição clara dos objetivos a alcançar, bem como a configuração e a identificação dos meios para cumprir essas metas, baseadas em evidências, na transparência e na definição de prioridades. Adicionalmente, o desenvolvimento sustentável pressupõe compatibilizar a qualidade ambiental, o desenvolvimento social e o crescimento económico, enquanto um processo dinâmico e transformador.

Por outro lado, a sustentabilidade remete, na sua essência semântica, para tudo aquilo que pode ser mantido ou suportado ao longo do tempo (Ribeiro, 2020). Neste enquadramento, algo sustentável corresponde àquilo que, pela sua própria natureza, possui condições para se manter de forma contínua. Esta definição é igualmente aplicável às denominadas práticas sustentáveis. Atualmente, observa-se uma crescente valorização de uma perspetiva orientada para um modelo de desenvolvimento sustentável, a qual se manifesta nas posturas adotadas, nas decisões tomadas, nas práticas implementadas, nas alternativas exploradas e nas relações estabelecidas com os *stakeholders*.

Posto isto, o desenvolvimento sustentável pode ser interpretado como o meio através do qual se procura alcançar a sustentabilidade, de forma a suprimir as necessidades atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras (Faustino & Amador, 2016).

### **1.1.2 Dimensões da Sustentabilidade (Ambiental, Social e Económica – Triple Bottom Line)**

A sustentabilidade tem como base as dimensões ambiental, social e económica (Ribeiro, 2020), relação explanada pela teoria *Triple Bottom Line*, de John Elkington. A Figura 1

apresenta a conexão entre as dimensões ambiente, sociedade e economia, cujo epicentro é a sustentabilidade.



*Figura 1 - Triple Bottom Line*

Explorando as dimensões da sustentabilidade, a dimensão ambiental foca-se na sustentabilidade ambiental, que se relaciona com a proteção do meio ambiente, através de uma gestão eficiente dos recursos naturais como o ar, a água, o solo e os minérios, essenciais à vida humana no planeta. Por outro lado, a dimensão social tem como propósito a sustentabilidade social, que passa pela preservação e continuidade de valores da sociedade, abrangendo todos os aspetos relacionados com o bem-estar, política, cultura, instituições, em nível local, nacional, global, coletivo e individual (Feil & Schreiber, 2022). Por fim, mas não menos importante, a dimensão económica tem como finalidade a sustentabilidade económica, que está relacionada com a criação de riqueza económica e financeira, onde o consumo e a produção deverão ser otimizados de forma a suprimir as necessidades atuais e não comprometer atividades económicas necessárias às gerações futuras.

### **1.1.3 Responsabilidade Social**

O conceito de responsabilidade social popularizou-se na década de 1970, acompanhando o surgimento do novo paradigma do desenvolvimento sustentável e o crescente entusiasmo da população face às preocupações socioambientais (Albers & Günther, 2011;

Ribeiro, 2020). Para a *Global Reporting Initiative* (GRI), a responsabilidade social constitui uma linha orientadora para o relato sustentável, imprescindível para o mercado global e para o desenvolvimento sustentável.

Ribeiro (2020), define a responsabilidade social como uma prática voluntária em que as organizações se relacionam com todos os *stakeholders*, visando o benefício coletivo e a promoção de um ciclo consciente, sendo esta relação multidimensional e capaz de potenciar sinergias estratégicas com os *stakeholders* (Marujo & Miranda, 2016).

De acordo com o Conselho Europeu, as organizações são socialmente responsáveis quando integram preocupações ambientais, sociais, ética e de direitos humanos na sua estratégia e operações, contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável (Reilly & Hynan, 2014; Tsang et al., 2023). O *World Business Council for Sustainable Development* (2022) reforça que a responsabilidade social implica o compromisso de todos os *stakeholders* com o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de longevidade das organizações. Desta forma, incorporar a sustentabilidade e a responsabilidade social não cria somente valor organizacional, como também fortalece a resiliência ecológica e possibilita melhorias nos processos e modelos de gestão (Hepper et al., 2017; Ribeiro, 2020). Zhang & Wang (2024) evidenciam que organizações com melhor desempenho em responsabilidade social comunicam de forma mais clara, enquanto aquelas com menor desempenho utilizam linguagem mais complexa, sugerindo que a informação social é mais suscetível a manipulação do que a ambiental.

Em última análise, práticas de responsabilidade social contribuem para a gestão de riscos, redução de custos, inovação, melhoria das relações com clientes e recursos humanos, sustentabilidade operacional, lucro e para uma economia e sociedade mais coesas e resilientes.

## **1.2 Evolução Histórica do Conceito de Sustentabilidade**

A sustentabilidade na Europa tem-se demonstrado cada vez mais presente e impulsionada pelos âmbitos legislativo e comunitário, que contribuem para um mundo mais desenvolvido a nível sustentável.

Em 1960, a Comissão Mundial da Organização das Nações Unidas introduziu aos Estados-Membros quais as preocupações globais relativas à manutenção dos recursos naturais, da biodiversidade e dos ecossistemas, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

Na Conferência de Estocolmo, em 1972, após a publicação do relatório *Limits to Growth*, o documento que deu destaque científico à questão das alterações climáticas e que trouxe o tópico para o debate político global, procurou-se articular o crescimento económico, intimamente conectado ao desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

A década de 1980 impulsionou a regulamentação e legislação focada na proteção dos ecossistemas, uma vez que as questões sobre sustentabilidade foram de novo debatidas a nível internacional. Nesse contexto, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas formou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, à data presidida por Gro Harlem Brundtland. Este organismo ficou conhecido pela Comissão Brundtland, cujo corpo de trabalho era composto por especialistas ambientais e altos funcionários da ONU, que teriam uma visão global sobre questões de ecologia e desenvolvimento (Gaspar, 2021). O trabalho desta equipa colmatou em 1987, no relatório *Our Common Future*, do qual deriva o conceito utilizado mais amplamente no meio académico para o desenvolvimento sustentável (Ribeiro, 2020).

No ano de 1992 ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e o desenvolvimento sustentável, “numa tentativa de uniformização internacional dos esforços e transversal” (Ribeiro, 2020, p. 9) aos vários setores e contextos sociais, cujo foco visava a proteção ambiental e a proteção da integridade do desenvolvimento sustentável. Nesta época, a ONU consolidou esforços para alterar o paradigma quanto à visão e abordagem do desenvolvimento sustentável, aliando-o às vertentes ambiental, social e económica.

O ano de 2015 apresentou-se como decisivo para o desenvolvimento sustentável a nível mundial, onde foi estabelecido um quadro mundial com objetivos a concretizar, até 2030. A 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas introduziu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Segundo Ribeiro (2020), a Agenda 2030 apresenta-se como um conjunto de objetivos com vista ao desenvolvimento sustentável, onde todos os

países europeus se comprometeram a integrar práticas e políticas sustentáveis com vista ao desenvolvimento sustentável.

### 1.3 Principais Teorias Associadas à Sustentabilidade

Existem diversas teorias relacionadas com sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Destacam-se a *Triple Bottom Line*, a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria da Legitimidade. Estas três abordagens, ainda que tenham surgido por necessidades e perspetivas distintas, estão comprometidas com os elementos-chave meio-ambiente, sociedade e economia, afirmando que o crescimento económico pode ser conseguido aliado à proteção ambiental e à responsabilidade social.

As organizações atribuem uma importância cada vez maior às relações com os *stakeholders*, tanto a nível externo como interno. Baseado neste paradigma, as organizações são peças fundamentais e necessárias à mudança e criação de um novo padrão de produção e de consumo, capazes de incentivar um posicionamento social coletivo (Felipe & Nascimento, 2015).

#### 1.3.1 Teoria *Triple Bottom Line*

A sustentabilidade, enquanto princípio orientador de gestão e de políticas organizacionais, assenta nas dimensões ambiental, social e económica. Tal como sintetiza Riberiro (2020, p. 38), “abordar a sustentabilidade implica falar de um desenvolvimento que se baseia em três vértices de atuação: o económico, o ambiental e o social”, designação correntemente associada à *Triple Bottom Line* (TBL).

Concebida por John Elkington, no ano de 1998, a TBL operacionaliza o desenvolvimento sustentável através de três dimensões interdependentes: ambiental, social e económica. Elkington sugere que estas dimensões devem ser observadas de forma integrada no curto, médio e longo prazo, argumentando que o foco exclusivo no desempenho económico a curto prazo não é suficiente para manter as organizações sustentáveis. Por outras palavras, a procura de lucros imediatos carece da articulação com as dimensões ambiental e social

para promover uma mudança organizacional consistente e alcançar a sustentabilidade organizacional (Elkington, 2004).

Do ponto de vista da avaliação das consequências, Savitz e Weber (2007) sustentam que as análises dos padrões de consumo captam a essência da sustentabilidade, uma vez que permite medir as repercussões das atividades das organizações no mundo. Nesta perspetiva, o desenvolvimento sustentável pede a adaptação ao nível organizacional, sem descurar a rentabilidade económica, reforçando a gestão das relações internas e externas e o equilíbrio do ecossistema.

A transição para este enquadramento traduz-se também na evolução de modelos de gestão. “O modelo tradicional (...) preocupava-se apenas com preço, produto, distribuição e promoção (...), enquanto a imposição de uma filosofia sustentável evoluiu para um modelo, onde vigoram as pessoas, o planeta e o lucro, ou seja, *Triple Bottom Line*, além de apelar à transparência, contempla as 3 vertentes do desenvolvimento sustentável” (Ribeiro, 2020, p.13). Em paralelo, a evolução dos meios técnicos tem ampliado a divulgação das práticas organizacionais, conferindo maior relevância e transparência de reporte das mesmas, o que contribui para a consciencialização e a promoção de comportamentos associados ao desenvolvimento sustentável e à sustentabilidade (Sroufe, 2017).

No plano da implementação, as iniciativas de carácter ambiental tendem a apresentar maior aplicação prática no âmbito do desenvolvimento sustentável, por serem diretamente refletidas no *core business* das organizações. As iniciativas de dimensão social surgem como conexas às atividades principais das organizações, promovendo o envolvimento dos *stakeholders* e o bem-estar coletivo. Já a dimensão económica, indispensável à viabilidade organizacional, tem sido referida como tendo menor impacto direto na operacionalização da TBL (CEDS, 2006)

### 1.3.2 Teoria dos *Stakeholders*

Conforme indica Ribeiro (2020, p. 64) “as organizações assumem o carácter de parceria perante as comunidades onde estão presentes. Insere-se na sua estratégia de

sustentabilidade o incentivo, sobretudo, ao desenvolvimento social e económico, promovendo a criação de valor e fortalecendo a marca e os valores corporativos. Vulgarmente conhecido como responsabilidade social. A audição dos *stakeholders* deve ser uma preocupação permanente já que é de extrema importância para a mitigação de riscos e melhoria constante”.

Em consonância com esta perspetiva, Robert Edward Freeman definiu *stakeholders* como qualquer indivíduo ou grupos que influencia ou é influenciado pelos objetivos das organizações. Mais tarde, Daft e Marcic (2009) aprofundam esta visão ao afirmarem que os *stakeholders* são quaisquer indivíduos ou grupos capazes de influenciar a performance e as decisões estratégicas das empresas e organizações.

Adicionalmente, Gutterman (2023) sustenta que a Teoria dos *Stakeholders* assenta na premissa de que as empresas operam num ecossistema interativo com as partes interessadas, em que cada elemento contribui para a sustentabilidade e para a criação de valor do negócio. Nas últimas décadas, estes grupos têm exercido crescente pressão sobre as organizações para a adoção de políticas e comportamentos alinhados com a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* e para a incorporação de práticas de responsabilidade social na atividade económica.

De acordo com Tsang et al. (2023), esta teoria sugere que as organizações tendem a apresentar melhor performance (Bénabou e Tirole, 2010) quando consideram o meio envolvente e adotam posturas socialmente responsáveis, influenciando positivamente a saúde das instituições quando as práticas e políticas sustentáveis são aplicadas com consistência (Kitzmueller e Shimshack, 2012). Maon et al. (2008) explicam, por sua vez, que a sobrevivência e o sucesso organizacional dependem da capacidade de criar riqueza, valor ou um nível de satisfação suficiente para os seus *stakeholders*. Para gerar valor de forma sustentável, as organizações devem atender aos diversos grupos de *stakeholders*, entre os quais se destacam clientes, fornecedores, trabalhadores, comunidades, o setor económico e organizações políticas, reforçando a ligação entre a Teoria dos *Stakeholders* e a responsabilidade social.

Segundo Gutterman (2023), os *stakeholders* podem ser classificados em dois grupos: principais e secundários. Esta distinção é útil para analisar a influência exercida sobre as

organizações. Os *stakeholders* principais incluem os investidores e todos os que mantêm uma relação direta com a entidade e são imprescindíveis à continuidade do negócio, como detentores de capital, trabalhadores e clientes. Os *stakeholders* secundários refletem-se na sociedade e nas ações políticas, abrangendo aqueles que apoiam as atividades organizacionais, como as comunidades locais, o Governo, organizações não-governamentais e as Instituições de Ensino Superior (IES).

A dependência bilateral entre organizações e *stakeholders* é indiscutível. Por um lado, os *stakeholders* procuram entidades socialmente responsáveis, com perspectivas de evolução sustentável, seja para fins de investimento, seja pela natureza das atividades desenvolvidas. Por outro, os gestores são desafiados a definir e a adotar estratégias e comportamentos em conformidade com os interesses dos seus stakeholders, com especial enfoque na responsabilidade socioambiental (Gutterman, 2023).

### **1.3.3 Teoria da Legitimidade**

Parsons (1960) define a legitimidade como a avaliação das ações organizacionais à luz de valores partilhados ou comuns, ou seja, o grau de alinhamento entre os valores da sociedade e as práticas das organizações. A Teoria da Legitimidade assenta, assim, no conceito de legitimidade organizacional — a condição ou estatuto que existe quando os valores de uma entidade convergem com os valores da sociedade num determinado período. A ausência de congruência constitui uma ameaça à legitimidade das organizações (Dowling & Pfeffer, 1975).

O enquadramento desta teoria é relevante para analisar a relação entre as organizações e o meio ambiente, explicando as motivações subjacentes aos comportamentos socioambientais das organizações (Mousa & Hassan, 2015). Nas últimas décadas, a pressão dos *stakeholders* para a adoção de iniciativas de responsabilidade social tem aumentado, materializando-se, entre outros exemplos, na expansão das obrigações de relato de sustentabilidade introduzidas pelas *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS) e consagradas na Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa 2022/2464/EU (CSRD).

Para promover a legitimidade, as organizações devem orientar as suas ações de acordo com os valores e expectativas dos *stakeholders*. Dowling & Pfeffer (1975) salientam a necessidade de estabelecer normas e comportamentos empresariais conectados às exigências sociais, enquanto Mousa & Hassan (2015) referem que as entidades são percebidas como legítimas quando evidenciam preocupações e soluções alinhadas com as preocupações da sociedade. Adicionalmente, Tsang, Fan & Feng (2023) indicam que as organizações desempenham um papel relevante na concretização de uma sociedade de alto nível, através da adoção consistente de práticas de responsabilidade social.

Desta forma, a Teoria da Legitimidade configura, um quadro conceptual centrado nas relações de troca entre empresas e comunidade, procurando explicar por que razão as organizações se envolvem em determinadas divulgações sociais e ambientais e quais as consequências junto da comunidade. O comportamento das organizações perante a comunidade permite identificar a natureza da relação entre ambas — contributiva quando há assunção da responsabilidade social e ambiental, ou de rutura quando tal responsabilidade é negligenciada.

## **1.4 Organizações e Orientações Internacionais de Sustentabilidade**

A consolidação do conceito de sustentabilidade, nas últimas décadas, refletiu-se no aparecimento de diversas iniciativas e organismos internacionais dedicados à promoção de práticas responsáveis e transparentes nas organizações. Entre elas, destacam-se a ONU, que através dos ODS orienta políticas globais para o desenvolvimento sustentável; e entidades normalizadoras, como a *Global Reporting Initiative (GRI)* e o *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*, que estabelecem diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e a comparabilidade de informação não financeira (Levy et al., 2010; Hales, 2021; van Oorschot et al., 2024). Outras iniciativas, como o Pacto Global da ONU e os Princípios ASG reforçam o compromisso das organizações perante os direitos humanos, o meio ambiente, o trabalho digno e boas práticas de gestão (Nelson, Anesa & Grayson, 2013; Atchabahian, 2021). Paralelamente, o relato sustentável tornou-se num instrumento fundamental de comunicação entre organizações e os seus

*stakeholders*, promovendo a transparência, a *accountability* e o alinhamento estratégico com o desenvolvimento sustentável (Ribeiro, 2020; Monteiro et al., 2022)

### **1.4.1 Organização das Nações Unidas**

A Organização das Nações Unidas (ONU) é a instituição intergovernamental que detém maior influência global em questões diplomáticas e de cooperação internacional, responsável pela gestão das relações internacionais e mediadora de possíveis conflitos internacionais.

Aquando fundada, em 1945, a ONU detinha como objetivo manter a paz e a segurança internacional, promover os direitos humanos e o desenvolvimento socioeconómico. Com o avançar das décadas e os novos desafios mundiais, esta organização tem aprimorado políticas e práticas outrora desenhadas, de forma a responder aos novos desafios e ameaças impostas, como a crise climática, a prevenção ao terrorismo, as situações pandémicas e o desenvolvimento sustentável. Atualmente, a ONU é a maior e mais poderosa organização internacional, contando com 193 Estados-Membros.

A ONU é responsável por diversos diplomas e iniciativas, como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Pacto Global das Nações Unidas (Nelson, Anesa & Grayson, 2013).

### **1.4.2 Global Reporting Initiative**

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma instituição independente e sem fins lucrativos, fundada em 1997, com o propósito de promover a transparência e o equilíbrio na relação entre as organizações e os seus *stakeholders*, por via da divulgação das externalidades resultantes da atividade empresarial (Levy et al., 2010). Desde então, a GRI tem desempenhado um papel central na construção de uma linguagem global e comum para a avaliar e comunicar consequências ambientais, sociais e económicas, contribuindo para o fortalecimento da transparência corporativa e para a promoção do desenvolvimento

sustentável (Global Reporting Initiative, 2021; van Oorschot, Aas Johansen, Thorup & Aspen, 2024).

Para esse fim, a GRI desenvolveu as Normas GRI, diretrizes recomendadas a organizações que pretendem orientar a sua gestão para a sustentabilidade. Estas normas constituem-se como o referencial mais utilizado para o relato sustentável (Bias, Nassimbeni & Orzes, 2024). A sua aplicação visa aumentar a qualidade e a comparabilidade das divulgações, reforçando a transparência e a *accountability* das organizações relativamente às consequências negativas e positivas da sua operação. Ao adotar as Normas GRI, as entidades disponibilizam informação mais clara e fiável, permitindo que os *stakeholders* tomem decisões mais informadas e fundamentadas sobre os impactos organizacionais e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável (GRI, 2021). Em linha, as diretrizes GRI promovem uniformização, comparabilidade e melhoria da qualidade dos relatórios (Crisóstomo, Forte & Prudêncio, 2020).

O manual das Normas GRI Consolidadas é o documento oficial que orienta a elaboração de relatórios de sustentabilidade sobre as consequências ambientais, sociais e económicas, com ênfase na transparência e na *accountability*. O manual estabelece sete princípios de relato, que visam assegurar a qualidade da informação divulgada: exatidão, equilíbrio, clareza, comparabilidade, completude, contexto de sustentabilidade, tempestividade e verificabilidade (GRI, 2021).

As Normas GRI estruturam-se em três grupos: normas universais, normas setoriais e normas temáticas. As normas universais apresentam os requisitos e fundamentos para a aplicação das normas e orientam a identificação e a divulgação dos temas materiais; as normas setoriais oferecem orientações específicas por setor de atividade; e as normas temáticas abordam tópicos específicos, como desempenho económico, biodiversidade ou formação e educação (GRI, 2021).

### ***1.4.3 Sustainability Accounting Standards Board***

A crescente valorização das questões ambientais, sociais e de governança (Princípios ASG, ESG em inglês) impulsionou a normalização do relato e da avaliação da

sustentabilidade, tornando a transparência e a comparabilidade requisitos centrais para os *stakeholders*. Nesse contexto, o *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)* destacou-se como uma das principais entidades internacionalmente reconhecidas na definição de normas de relato sustentável.

O SASB é uma organização independente e sem fins lucrativos, fundada em 2011, que estabelece normas para a divulgação de informação ASG junto dos *stakeholders*, em particular dos investidores. O seu modelo de normalização, inspirado no *Financial Accounting Standards Board*, assenta num processo transparente, baseado em evidências, com contributos amplos e equilibrados, transparência pública e supervisão independente (Hales, 2021).

Antes do SASB, as divulgações de sustentabilidade recorriam a métricas e formatos díspares, o que dificultava a análise comparativa entre organizações. As normas do SASB surgem para colmatar essa lacuna, oferecendo um referencial uniforme que permite divulgar informação ASG consistente, comparável e fiável (Hales, 2021).

Reconhecendo a diversidade dos contextos organizacionais, o SASB adotou uma abordagem setorial, com normas específicas para diferentes indústrias, focadas nas dimensões de sustentabilidade mais relevantes em cada setor. Estas normas estruturaram-se em cinco categorias fundamentais, apresentadas na Tabela 1 (Hales, 2021).

*Tabela 1 - Categorias fundamentais das dimensões da sustentabilidade apresentadas pelo SASB*

### **Categorias da dimensão da sustentabilidade**

<b>Ambiental</b>	Refere-se à utilização de recursos naturais não reutilizáveis, como as emissões poluentes e os impactos ecológicos significativos para o meio ambiente.
<b>Capital Social</b>	Abrange as relações-chave com as partes externas, ou seja, os clientes, as comunidades e os governos, incluindo questões relacionadas com os direitos humanos, a proteção de grupos vulneráveis, a acessibilidade, as práticas institucionais e políticas de privacidade.

*Sustentabilidade e o Ensino Superior*

---

<b>Capital Humano</b>	Trata da gestão de recursos humanos, enquanto ativos essenciais para a criação de valor a longo prazo das organizações, e inclui questões saúde, segurança, produtividade e relações laborais dos trabalhadores.
<b>Modelo de Negócio e Inovação</b>	Focado na integração de aspetos ambientais, sociais e humanos no processo de criação de valor, incluindo a inovação, a eficiência operacional e gestão da cadeia de fornecimento.
<b>Liderança e Governação</b>	Envolve a gestão de questões inerentes ao modelo de negócio e ética organizacional, que possa entrar em conflito com os <i>stakeholders</i> . Inclui a conformidade regulamentar, a gestão de riscos, mitigar a corrupção e o suborno, os conflitos de interesses e o comportamento anticompetitivo.

---

Com base nas dimensões descritas e apresentadas na Tabela 1, o SASB propõe um modelo normalizado de recolha, agregação e divulgação de informação, reforçando a comparabilidade entre empresas e setores. Este modelo está alinhado com a Teoria *Triple Bottom Line* e com os ODS, promovendo a integração entre desempenho económico, ambiental e social (Lous, Lund, Mathisen, Bjørberg, Valen, Salaj & Diaconu, 2022).

As ferramentas e orientações do SASB não só potenciam a perspetiva de desenvolvimento sustentável, como ampliam o âmbito da sustentabilidade para além de aspetos técnicos ou operacionais, incorporando de forma interdependente as dimensões económica, social e ambiental. Este enquadramento facilita a internalização da sustentabilidade na estratégia corporativa e reforça o diálogo e a transparência com os *stakeholders* (Lous et al., 2022).

O SASB constitui um marco na evolução da contabilidade da sustentabilidade: ao disponibilizar normas consistentes, comparáveis e orientadas por princípios de materialidade, contribui para o fortalecimento da transparência, da confiança e da *accountability* entre empresas e investidores. O seu alinhamento com a Teoria *Triple Bottom Line* e com os ODS posiciona-o como ferramenta relevante para apoiar o alcance do desenvolvimento sustentável global (Lous et al., 2022).

### 1.4.4 Pacto Global da Organização das Nações Unidas

O Pacto Global das Nações Unidas é uma iniciativa estratégica que promove o alinhamento das atividades organizacionais com os princípios universais de sustentabilidade e responsabilidade corporativa, disseminando práticas organizacionais responsáveis alinhadas com os ODS (Nelson, et al., 2013).

Trata-se de um apelo urgente para que as organizações ajustem estratégias e operações às áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente, combate à corrupção e para que adotem ações que contribuam para o progresso dos objetivos da sociedade. O Pacto incentiva, ainda, a prossecução de ações estratégicas orientadas para objetivos sociais mais amplos, com ênfase na colaboração e inovação (United Nations, Global Compact, 2025).

Esta iniciativa assenta em Dez Princípios interrelacionados com a Agenda 2030 (United Nations Global Compact, 2025), apresentados na Tabela 3. Esses princípios derivam de instrumentos basilares das Nações Unidas: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

*Tabela 2 - Os 10 Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas*

#### Princípios do Pacto Global das Nações Unidas

<b>Direitos Humanos</b>	1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos proclamados internacionalmente.
	2. Assegurar que não são cúmplices em violações dos direitos humanos.
<b>Trabalho</b>	3. As empresas devem respeitar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
	4. Eliminar todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório.

*Sustentabilidade e o Ensino Superior*

	5. Erradicar efetivamente o trabalho infantil.
	6. Eliminar a discriminação em matéria de emprego e ocupação.
<b>Meio Ambiente</b>	7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva face aos desafios ambientais.
	8. Desenvolver iniciativas que promovam uma maior responsabilidade ambiental.
	9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis.
<b>Combate à Corrupção</b>	10. As empresas devem atuar contra a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

O Pacto Global das Nações Unidas apoia as organizações na gestão responsável, promovendo o alinhamento de estratégias e operações com princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção (United Nations Global Compact, 2025).

Ao incorporar os Princípios do Pacto Global da ONU nas estratégias, políticas e procedimentos e ao desenvolver uma cultura de integridade, as organizações cumprem responsabilidades básicas para com as pessoas e o planeta, enquanto estabelecem bases para um crescimento sustentável de longo prazo (Nelson et al., 2013).

#### **1.4.5 Princípios ASG (Ambiente, Sociedade e Governação)**

Em 2005, a ONU formalizou os Princípios ASG, por meio do relatório *Who Cares Wins*, incentivando a sua integração nos mercados de capitais e nos processos de decisão empresarial (Atchabahian, 2021; Reilly Marcilio, Guercio, Takimoto & Fialho, 2021). A sua relevância intensificou-se face a eventos recentes, tais como a pandemia de COVID-19, mobilizações por justiça social (diversidade, equidade e inclusão), alterações

climáticas, expansão da inteligência artificial e conflitos armados, que reforçaram a exigência por práticas corporativas responsáveis e transparentes por parte dos *stakeholders* (World Economic Forum, 2024).

As práticas ASG traduzem o compromisso organizacional com o desenvolvimento sustentável, incorporando dimensões ambientais, sociais e de governança, como a proteção ambiental, o bem-estar dos trabalhadores e o envolvimento com as comunidades. Ao adotá-las, as entidades procuram gerar valor de longo prazo para além dos resultados financeiros, com base em padrões éticos e de integridade.

Enquanto linhas orientadoras e instrumentos de avaliação, os princípios e fatores ASG orientam a gestão responsável e a mitigação de riscos, contribuindo para responder a desafios como a pegada carbónica, a corrupção, a discriminação, a pobreza e a degradação ambiental (Forte et al., 2024). Adicionalmente, constituem ferramentas úteis para medir a performance sustentável das organizações, servindo como indicadores para monitorização e comparação (Sahin et al., 2022).

Os Princípios ASG estão intrinsecamente relacionados com os ODS, funcionando como referências para orientar e avaliar a contribuição das organizações para o desenvolvimento sustentável a nível global. A implementação de estratégias ASG implica a avaliação rigorosa de práticas ambientais, sociais e de governança, identificando riscos e oportunidades e promovendo uma atuação corporativa mais sustentável, com impactos positivos na biodiversidade, nos ecossistemas, na cadeia de abastecimento, na produção e nas relações com os *stakeholders* (Forte et al., 2024).

No plano dos mercados, os Princípios ASG consolidaram-se como métricas centrais na análise de investimentos, informando a avaliação do comportamento corporativo e do desempenho organizacional (Li T.-T., Wang, Sueyoshi & Wang, 2021). Assim, a adoção de critérios ASG representa uma mudança de paradigma na gestão organizacional: além de apoiar o desenvolvimento sustentável, reforça a competitividade, a resiliência e a reputação das organizações no contexto global.

#### **1.4.6 Relato Não Financeiro e Relato Sustentável**

Desde a década de 1990, o interesse de públicos, investidores e organizações por informações não financeiras cresceu significativamente, impulsionado pela globalização dos mercados (Ahmad & Zabri, 2016), pela expansão da responsabilidade social (Ortiz-Martínez et al., 2022) e pela sensibilização para as questões climáticas (Silva, 2021). A sustentabilidade, enquanto conceito estratégico, deixou de ser tendência para se tornar imperativo no contexto empresarial. Como salienta Ribeiro (2020, p. 1), “a sustentabilidade é uma palavra que deixou de ser usada esporadicamente (...), há que comunicar, pois, o que não é divulgado tende a caminhar para a inexistência”.

Com o amadurecimento dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, emergiram iniciativas e normas internacionais, como a GRI, o SASB e o Pacto Global da ONU, que impulsionaram a mensuração e a divulgação dos efeitos socioambientais das atividades organizacionais. A publicação de relatórios mais abrangentes, com dados quantitativos e qualitativos, tornou-se um requisito para uma comunicação transparente com os *stakeholders* (Ribeiro, 2020). Face à coexistência dos termos informações não financeiras e informações sobre sustentabilidade, o Conselho Europeu propôs, em 2023, a utilização de informações sobre sustentabilidade como denominação mais adequada, dada a sua relevância crescente para os resultados financeiros futuros.

As informações sobre sustentabilidade abrangem dados não contabilísticos (Amir & Lev, 1996; Barker & Imam, 2008). Em linha, “qualquer informação reportada que não esteja relacionada com a saúde financeira da empresa é considerada informação não financeira” (Zuca, 2023). A literatura inclui, entre estes conteúdos, métricas e pontuações de sustentabilidade (Upton, 2001), informação setorial (Maj, 2018), dados qualitativos sobre políticas e operações (Admiraal et al., 2009), condições externas (Cohen et al., 2008) e responsabilidade social e ambiental (Chong et al., 2018). Embora não tenham implicações diretas e imediatas na saúde financeira, tais informações oferecem uma base para decisões mais conscientes (Malek-Yonan et al., 2016).

Perante a crescente exigência dos *stakeholders* por legitimidade e responsabilidade socioambiental (Romão et al., 2018), as entidades adaptaram os seus modelos de reporte (Sariene et al., 2019) e o relato integrado surgiu como resposta à escassez de informação

sobre sustentabilidade, articulando demonstrações financeiras e dados de sustentabilidade. Relatórios anuais credíveis são fundamentais para a construção e manutenção da reputação junto dos *stakeholders* (Mousa & Hassan, 2015) e o relato sustentável proporciona uma visão holística das organizações, complementando a informação financeira tradicional (Zhang & Wang, 2024).

A literatura destaca múltiplos benefícios do relato sustentável, desde o aumento da transparência (Campos et al., 2013), alinhamento de interesses socioambientais com os *stakeholders*, melhoria da reputação e apoio à decisão informada (Monteiro et al., 2022), identificação de riscos e oportunidades (Lin, 2022; Khan & Ali, 2023) e revelação de valores intangíveis (Arvidsson, 2011).

## **1.5 Políticas e Estratégias Europeias para o Desenvolvimento Sustentável**

Impulsionado pela crescente consciencialização sobre questões ambientais, sociais e de governança e pela exigência de transparência, o relato de sustentabilidade evoluiu de prática voluntária para requisito regulamentado, suportado por normas como as *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS). As ESRS promovem a convergência das práticas de relato a nível global e têm efeitos substanciais na governança corporativa, na gestão de riscos e na reputação das organizações (Araújo, 2024).

A UE tem assumido um papel de liderança na criação de estruturas regulatórias comuns para o relato de sustentabilidade, ao definir critérios que reforçam a comparabilidade das divulgações. Em 2023, a Comissão Europeia adotou as ESRS, que especificam as informações a incluir nos relatórios, com base nos Princípios ASG e nas consequências, riscos e oportunidades que afetam o desempenho e o crescimento das organizações (Araújo, 2024). No mesmo ano, o Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade emite emituiu as Normas Internacionais de Relato Financeiros, a IFRS S1 e a IFRS S2, orientadas para a transparência e a *accountability* em matérias de sustentabilidade.

### 1.5.1 Estratégia Europeia para a Sustentabilidade 2030

A Estratégia Europeia para a Sustentabilidade 2030 constitui um quadro estratégico integrado da União Europeia para promover o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, social e económica, em alinhamento com a Agenda 2030 e os ODS (Comissão Europeia, 2019).

A estratégia assenta em cinco eixos complementares: transição para uma economia neutra em carbono e eficiente em recursos; proteção do ambiente e da biodiversidade; promoção da justiça social e redução das desigualdades; desenvolvimento de tecnologias e inovação sustentáveis; e reforço da governança e da participação pública, apresentados na Tabela 3.

*Tabela 3 - Pilares da Estratégia Europeia para a Sustentabilidade*

#### **Estratégia Europeia para a Sustentabilidade**

<b>Transição para uma economia neutra em carbono e eficiente em recursos</b>	Promover energias renováveis e eficiência energética para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa; Incentivar a economia circular, diminuindo o desperdício e valorizando a reutilização e reciclagem;
<b>Proteção do meio ambiente e da diversidade</b>	Conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Melhorar a qualidade da água, do ar e do solo;
<b>Promoção de justiça social e redução das desigualdades</b>	Reduzir as desigualdades e proteger os grupos vulneráveis; Melhorar o acesso e condições aos serviços básicos e de trabalho;
<b>Desenvolvimento de tecnologias e inovações sustentáveis</b>	Incentivar investigações e desenvolvimento (I&D) que fomentem soluções pró-ambientais; Desenvolver emprego sustentável;

---

<b>Governança e participação da população</b>	<p>Potenciar a educação para a sustentabilidade e consciência ambiental;</p> <p>Envolver a população, os governos locais e as organizações nas decisões;</p>
---	--

---

A Tabela 3 representa o compromisso da UE em alinhar políticas e práticas com o desenvolvimento sustentável, promovendo simultaneamente a proteção ambiental e o bem-estar das populações. Esta estratégia visa fomentar o crescimento económico sustentável e competitivo, assente na utilização eficiente de recursos e no respeito pelos limites ambientais (Comissão Europeia, 2019).

### **1.5.2 Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*)**

O Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*) é a estratégia climática e ambiental central da UE e um elemento estruturante para a implementação dos ODS das Nações Unidas (Bieroza, Bol & Glendell, 2021; Fernandez, Garcia, Lopes & Angles, 2025). Apresentado em 2019 pela então presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, define um plano abrangente para transformar a economia europeia, incluindo energia, transportes, indústria e sistemas alimentares, com vista a um modelo sustentável (Comissão Europeia, 2019).

O objetivo principal é alcançar a neutralidade climática até 2050, com metas intermédias de redução das emissões de, pelo menos, 50% até 2030. A estratégia promove uma transição limpa, economicamente robusta e socialmente justa, baseada em inovação, tecnologias limpas e infraestruturas verdes, com apoio específico às comunidades mais afetadas. Inclui ainda educação e cooperação internacional, políticas para uso sustentável de energia e recursos naturais e medidas de redução da poluição e da perda de biodiversidade (Comissão Europeia, 2019).

Para viabilizar a transição, o Pacto mobiliza instrumentos financeiros e sociais, como o Fundo para a Transição Justa e o Fundo Social para o Clima, bem como mecanismos de

resposta e resiliência como o Fundo de Solidariedade da UE e o Mecanismo de Proteção Civil.

Entre as consequências esperadas, destacam-se benefícios diretos para a população (ar mais limpo, habitações energeticamente mais eficientes, maior acesso a energias renováveis), estímulo à economia circular e à produção industrial sustentável e a consolidação da UE como referência na formulação de políticas públicas ambientais. Desta forma, o Pacto Ecológico Europeu constitui uma estratégia integrada que combina objetivos ambientais, sociais e económicos (*Triple Bottom Line*), oferecendo um quadro holístico para alcançar a neutralidade climática até 2050, restaurar a biodiversidade e assegurar o desenvolvimento sustentável na UE (Comissão Europeia, 2019).

### **1.5.3 *European Sustainability Reporting Standards e a Diretiva CSRD***

Impulsionado pela crescente consciencialização sobre os Princípios ASG e pela exigência da transparência organizacional, o relato de sustentabilidade evoluiu para um requisito regulamentado, suportado por normas e legislação conexas, como as ESRS. As ESRS promovem a convergência das práticas de relato a nível global e têm efeitos substanciais na governança corporativa, na gestão de riscos inerentes e na reputação das organizações (Araújo, 2024). A União Europeia posiciona-se na vanguarda para a criação de estruturas regulatórias comuns, definindo critérios que reforçam a comparabilidade das divulgações de sustentabilidade.

Em 2023, a Comissão Europeia emitiu as ESRS, que detalha quais informações devem constar nos relatórios sobre sustentabilidade, com base nas dimensões ASG e alinhadas com os impactos, riscos e oportunidades que afetam o desempenho e o crescimento das organizações (Araújo, 2024). No mesmo ano, o Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade emite as Normas Internacionais de Relato Financeiro S1 e S2, regras de procedimento de relato que visam a promoção da transparência e de *accountability* sobre matérias de sustentabilidade. Em conformidade, a Diretiva 2022/2464/UE Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) — sucessora da Diretiva 2014/95/UE

(Non-Financial Reporting Directive) — tornou obrigatória, a partir de 2024, a divulgação de relatórios de sustentabilidade de acordo com as ESRS.

A CSRD exige verificação independente, elevando o rigor e a credibilidade das divulgações e dificultando práticas de *greenwashing*. A convergência com as Normas GRI favorece a criação de *benchmarks* e a avaliação do desempenho real das organizações.

A adoção das ESRS coloca desafios relevantes, entre os quais a maior complexidade dos requisitos, aumento da carga regulatória, necessidade de *know-how* interno específico e potenciais custos de conformidade. As normas requerem divulgações ASG quantitativas e qualitativas, assegurando comparabilidade, verificabilidade e compreensibilidade dos dados. Tal nível de detalhe implica uma utilização eficiente de recursos e competências especializadas ao longo de todo o processo — da recolha à análise e interpretação dos dados — em conformidade com as diretrizes europeias (Araújo, 2024).

Entre os benefícios, o cumprimento das ESRS pode melhorar a reputação, atrair investidores e potenciar o acesso ao mercado sustentável (Luo & Tang, 2021). A harmonização do relato com referências internacionais, como as ESRS e as Normas GRI, reduz a assimetria de informação e os riscos de *greenwashing* — entendido como a discrepância entre o que as organizações alegam praticar e o que efetivamente praticam em matéria de sustentabilidade (Fernandez-Feijoo, Ruiz-Blanco & Romero, 2021). Ao estabelecer requisitos uniformes, as ESRS favorecem a disponibilização de dados fiáveis, verificáveis e comparáveis, facilitando a análise pelos *stakeholders*. Uma compreensão mais precisa dos riscos e oportunidades associados às práticas de sustentabilidade contribui para a sua mitigação e para decisões mais informadas e eficientes (García-Sánchez, Hussain & Aibar-Guzmán, 2021). Sucintamente, a convergência das normas de relato facilita a integração das dimensões ASG nas estratégias e atividades corporativas (Araújo, 2024).

## 1.6 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam a materialização dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Os ODS integram as três dimensões da sustentabilidade e constituem-se como um quadro normativo e operacional que orienta as organizações, os governos e as populações, na concretização da sustentabilidade (Ribeiro, 2020). Face ao exposto, os ODS funcionam como instrumentos de ação e metas comuns globais, alicerçados à sustentabilidade, que fornece a visão e o desenvolvimento sustentável, que define o processo.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas apresentou aos Estados-Membros a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação até 2030 orientado para as pessoas, o planeta e a prosperidade (Corsi et al., 2022). Assente num compromisso coletivo e transversal, a Agenda 2030 estabelece os ODS como referência global. Segundo Ban Ki-moon, então Secretário-Geral da ONU, os ODS representam uma visão comum para a Humanidade e uma lista de tarefas a executar em prol das populações e do planeta, visando um progresso sustentado (BCSD Portugal, s.d.; Ban Ki-moon, s.d., Comentário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, BCSD Portugal, <https://ods.pt/ods/>).

A Agenda 2030 configura um projeto partilhado para a paz e a prosperidade, reconhecendo a urgência de mitigar a pobreza e a fome, assegurar educação de qualidade, responder à crise climática e promover parcerias para um crescimento económico sustentado (United Nations – Department of Economic and Social Affairs, s.d.). Os ODS incluem 17 objetivos e 169 metas inter-relacionadas que visam erradicar a pobreza, reduzir desigualdades, combater as alterações climáticas, diminuir a poluição e promover a paz e a justiça (Dionise, 2025). São subscritos por todos os Estados-Membros e por múltiplos grupos interessados, num quadro de atuação colaborativa. Os ODS assumem papel central nos debates contemporâneos sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, com o propósito de garantir uma vida sustentável, pacífica, próspera e equitativa para todos, no presente e no futuro (Fonseca, Domingues & Dima, 2020; United Nations – Department of Economic and Social Affairs, s.d.). *Sustainable Development Goals*. United Nations. <https://sdgs.un.org/goals>).

A Figura 1 apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que representam um apelo urgente à ação de todos os países, para uma parceria global. Os ODS reconhecem que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico – ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas. Os ODS definem as prioridades e aspirações globais para 2030 em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir” (BCSD Portugal, (s.d.), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), BCSD Portugal. <https://ods.pt/ods/>)



*Figura 2- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*

A literatura aponta lacunas a considerar em futuras agendas, incluindo temas como migração, terrorismo, fuga de capitais e democracia (Fonseca et al., 2020). Ainda assim, o Relatório de 2024 da ONU indica que os ODS estão a ser adaptados à realidade de cada Estado-Membro e a produzir efeitos positivos, encorajando a assunção de responsabilidades pelas ações empreendidas (Dionise, 2025).

A educação ocupa um lugar central na Agenda 2030, com um objetivo autónomo, o ODS 4 – Educação de Qualidade, apoiado por sete metas e respetivos meios de implementação. Existem, além disso, interligações com outros ODS e respetivas metas. O ODS 4

preconiza uma educação inclusiva e de qualidade para todos, orientada para o desenvolvimento de competências essenciais à cidadania global e à transformação positiva da sociedade. De acordo com a UNESCO, trata-se de uma educação holística e transformadora que integra conteúdos e resultados de aprendizagem, pedagogia e ambientes de aprendizagem, promovendo abordagens orientadas para a ação, participação, colaboração, resolução de problemas, inter e transdisciplinaridade e articulação entre aprendizagem formal e informal (Rodrigues et al., 2022).

Rodrigues et al. (2022, p. 38) comentam que o ODS 4 representa “uma educação para todos, alicerçada no imperativo de que todos os cidadãos possam usufruir de uma educação de qualidade, que lhes permita desenvolver competências essenciais para o exercício de uma cidadania global, possibilitadora de um futuro mais sustentável e de uma transformação positiva da sociedade”. Desta forma, a relação entre a Educação e os ODS procura integrar nos contextos de ensino e aprendizagem mudanças de foco do ensino para a aprendizagem, mediante uma pedagogia transformadora orientada para a ação, que apoie a aprendizagem, a colaboração, a orientação para a solução de problemas, a inter e transdisciplinaridade e a conexão entre as aprendizagens formal e informal. Com estas abordagens, torna-se possível o desenvolvimento das principais competências necessárias para potenciar o desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, o papel da educação na implementação da Agenda 2030 encontra-se refletido na Estratégia Nacional de Educação, que visa assegurar que todos os estudantes adquiram conhecimentos e capacidades para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural. No ensino superior, várias instituições já integram os ODS na visão, estratégia e gestão (Xue, 2022).

## **2 Capítulo 2 – Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior**

O ensino superior tem vindo a assumir um papel central no avanço do desenvolvimento sustentável, ultrapassando a sua função tradicional de transmissão de conhecimento e formando cidadãos capazes de responder aos desafios ambientais, sociais e económicos

contemporâneos. Atualmente, as Instituições de Ensino Superior (IES) são reconhecidas como agentes transformadores e catalisadores de práticas responsáveis que promovem uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. Incorporar princípios de sustentabilidade nas políticas institucionais, nas práticas pedagógicas, na investigação e na governação constitui uma exigência alinhada com os ODS definidos na Agenda 2030 das Nações Unidas.

O presente capítulo pretende analisar o papel das IES na promoção da sustentabilidade, tanto do ponto de vista teórico como prático, abordando as suas responsabilidades educativas, sociais e institucionais.

## **2.1 Enquadramento Teórico da Sustentabilidade no Ensino Superior**

As IES desempenham um papel cada vez mais relevante no contexto global da sustentabilidade. Deixaram de ser percecionadas somente como espaços de produção e transmissão de conhecimento, para se afirmarem como atores estratégicos na transformação ambiental, social e económica.

### **2.1.1 O Papel das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Sustentável**

Nos dias de hoje, as IES são consideradas agentes essenciais na construção de uma sociedade mais consciente e sustentável, assumindo a responsabilidade de fomentar valores éticos, ambientais e sociais nos seus estudantes (Araújo, 2004; Rodrigues et al., 2022).

Segundo Araújo (2004), o papel das IES vai muito além do processo ensino-aprendizagem desenvolvido nas salas de aula. Estas instituições devem atuar como motores de inovação, adotando novas tecnologias e metodologias de ensino que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Rodrigues et al. (2022) reforçam esta perspetiva ao defender que as IES têm uma função determinante na criação, adoção e

### *Sustentabilidade e o Ensino Superior*

---

transferência de práticas pedagógicas e científicas que fomentem comportamentos responsáveis.

Neste novo paradigma, as IES devem adotar práticas organizacionais credíveis e transparentes, promovendo a responsabilidade social e ambiental. Como defende Ribeiro (2020), a divulgação destas práticas é essencial para consciencializar a comunidade académica e a sociedade envolvente, promovendo uma cultura institucional alinhada com os ODS. A comunicação transparente e a integração da sustentabilidade nas decisões de gestão são elementos-chave para gerar valor partilhado e legitimar o papel das IES como agentes de mudança.

Para além de centros de conhecimento, as universidades e politécnicos são instituições com impacto social direto, cuja atuação influencia positivamente o meio académico e a comunidade local. O envolvimento dos principais *stakeholders* — docentes, estudantes e funcionários — é fundamental para consolidar uma cultura de pertença e integração, baseada em princípios de responsabilidade e respeito pelo ambiente e pela sociedade.

Assim, a sustentabilidade nas IES não se limita à adoção de políticas ecológicas e de eficiência energética; trata-se de um modelo integrado de atuação institucional, que abrange a educação, a investigação, a gestão e o relacionamento com a comunidade. Esta abordagem implica definir metas e indicadores em prol dos ODS, integrar práticas sustentáveis nas unidades curriculares e desenvolver projetos que envolvam a população local. Como defendem Rodrigues et al. (2022), as IES devem promover políticas de investigação e desenvolvimento (I&D) que incentivem comportamentos sustentáveis e que aproximem o conhecimento académico das necessidades sociais.

De acordo com Araújo (2004), a sustentabilidade requer também uma reforma pedagógica profunda, capaz de integrar conceitos ecológicos e sociais nas disciplinas tradicionais. Esta mudança pressupõe que os docentes e o corpo técnico estejam alinhados com a política sustentável da instituição, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes. Lara (2012) complementa esta visão, sublinhando que é por meio da integração dos valores de sustentabilidade no ensino que se alcança a disseminação efetiva de práticas sustentáveis na sociedade.

Contudo, Jucker (2002) alerta que a educação, por si só, não é suficiente para implementar a sustentabilidade. Sem a adoção de medidas concretas de gestão e ação institucional, o impacto do ensino sustentável permanece limitado. As IES devem, portanto, aplicar internamente os princípios que ensinam, tornando-se modelos de gestão sustentável e de boas práticas para a comunidade que as rodeia. Como refere Lara (2012, p. 1648), a escola deve tornar-se “um modelo de gestão sustentável de sucesso para a comunidade, influenciando com resultados as organizações às quais os seus formandos irão fazer parte, visando a construção de um desenvolvimento social mais sustentável e justo”.

Rodrigues et al. (2022) reforçam que cabe às IES proporcionar experiências práticas de cidadania ambiental, ensinando não apenas pela palavra, mas também pelo exemplo. A aprendizagem deve ser vivida no *campus* e na comunidade, com vista à formação de indivíduos ambientalmente responsáveis e socialmente ativos. Neste contexto, o ensino superior assume um papel essencial na formação de cidadãos com consciência ecológica, capacidade de liderança e sentido de responsabilidade social.

### **2.1.2 Educação e Cidadania Ambiental nas IES**

O compromisso das IES com o desenvolvimento sustentável manifesta-se também na forma como estas educam e sensibilizam os estudantes para os desafios ambientais e sociais contemporâneos. Rodrigues et al. (2022) defendem que é necessário intensificar os esforços na educação para as alterações climáticas, a conservação da biodiversidade e a gestão racional dos recursos. A inclusão dos Princípios ASG nos currículos académicos é uma via essencial para estimular a responsabilidade e a ética institucional.

A investigação científica, intrínseca à missão das IES, desempenha igualmente um papel central na promoção do conhecimento e da inovação sustentável. As universidades e politécnicos funcionam como laboratórios de transformação social, produzindo saber científico e soluções tecnológicas que apoiam a transição ecológica e a justiça social. Deste modo, a sustentabilidade ambiental, social e económica constitui um dos pilares da sua atuação e um vetor estratégico de desenvolvimento (Ribeiro, 2020).

Para concretizar os objetivos da Agenda 2030, é necessário que as IES articulem, de forma integrada, a cidadania, o ensino, a investigação e as políticas públicas. Rodrigues et al. (2022, p. 46) sintetizam esta ideia ao afirmarem que “este enorme desafio requer estratégias conjuntas alicerçadas no conhecimento e numa nova forma de pensar, em que a sustentabilidade tem de ser um desígnio de todos (...) ou seja, ampliar a aplicação de medidas de sustentabilidade pelos diversos intervenientes – estudantes, docentes e funcionários”.

Em síntese, o enquadramento teórico da sustentabilidade no ensino superior revela a transição de um modelo centrado na educação tradicional para um modelo participativo, interativo e orientado para o impacto real. As IES assumem-se, assim, como espaços de transformação social, cultural e ambiental, fundamentais para a construção de uma sociedade mais consciente e equitativa.

## **2.2 Modelos e Práticas de Integração da Sustentabilidade nas IES**

A integração da sustentabilidade no ensino superior requer uma abordagem sistémica que una políticas institucionais, práticas pedagógicas, investigação científica e envolvimento comunitário. As IES são espaços privilegiados para a concretização dos ODS, atuando simultaneamente como centros de conhecimento e agentes de transformação social. Esta integração traduz-se na aplicação dos Princípios ASG e dos Princípios para a Gestão da Educação Responsável (PGER), bem como na implementação de políticas e iniciativas que promovam a sustentabilidade nos campi universitários.

### **2.2.1 Integração Curricular e Princípios ASG**

Segundo Alenezi e Alanazi (2024), a relação entre as IES e os seus *stakeholders* é determinante para o sucesso da integração dos Princípios ASG no setor educativo. A sustentabilidade não pode ser vista como um domínio isolado, mas como uma dimensão transversal a toda a comunidade académica. Docentes, pessoal não docentes, estudantes

e parceiros institucionais devem estar envolvidos em atividades que promovam práticas sustentáveis, articuladas com as dimensões ambiental, social e de governação.

Ribeiro (2020) observa que as IES têm vindo a adotar uma dinâmica transformadora, refletida em comportamentos e reestruturações internas que incorporam valores sustentáveis. Essa transformação não ocorre de forma unilateral, mas resulta da participação ativa de todos os intervenientes institucionais. Assim, as universidades e os politécnicos devem aproveitar todas as oportunidades de criação de valor sustentável na sua gestão e estratégia, consolidando o seu papel de agentes de mudança e de desenvolvimento social.

De acordo com Alenezi e Alanazi (2024), a integração dos Princípios ASG no ensino superior pode ser compreendida através de um modelo composto por seis dimensões fundamentais: integração curricular, investigação e inovação, atividades do campus, envolvimento da comunidade académica, práticas de governação e divulgação. Este modelo reflete a necessidade de alinhar a educação e a investigação com os valores da sustentabilidade, incentivando comportamentos éticos e práticas responsáveis.

A aplicação deste modelo traduz-se na incorporação dos princípios sustentáveis nas unidades curriculares, na criação de centros de investigação orientados para soluções ecológicas, e na promoção de atividades comunitárias com impacto social positivo. As IES sustentáveis, segundo Ribeiro (2020), são aquelas que atuam de forma equilibrada nas dimensões ambiental, social e económica, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento institucional e para o bem-estar coletivo.

### **2.2.2 Princípios para a Gestão Responsável (PGER)**

Em 2007, as Nações Unidas, em parceria com reitores, presidentes de universidades e representantes governamentais, estabeleceram os Princípios para a Gestão da Educação Responsável (PGER), com o objetivo de orientar as IES na formação de futuros líderes capazes de enfrentar desafios sociais, económicos e ambientais complexos. Como referem Avelar, Farina e Pereira (2022), os PGER orientam as escolas superiores na

*Sustentabilidade e o Ensino Superior*

---

criação de programas académicos que promovam a gestão ética e sustentável, em consonância com os ODS.

Os PGER representam um compromisso voluntário das IES com a educação para a responsabilidade social e ambiental, alicerçada na ética e na transparência institucional. Laasch, Moosmayer, Antonacopoulou e Schaltegger (2020) reforçam o papel das universidades na prevenção de crises financeiras, ecológicas e éticas, sublinhando que o ensino superior deve preparar os futuros gestores para a tomada de decisões responsáveis. Neste contexto, as IES tornam-se plataformas de consciencialização, onde os princípios da sustentabilidade são integrados nas práticas de ensino, investigação e governação.

A implementação dos PGER requer o envolvimento de toda a comunidade académica, o que constitui simultaneamente uma oportunidade e um desafio. Wersun (2017) destaca que a sua aplicação deve respeitar o contexto e o grau de compromisso de cada instituição, exigindo adaptações aos ciclos de estudo, à investigação e às prioridades estratégicas de cada escola. Assim, a abordagem dos PGER deve ser multidimensional e integrada, abrangendo propósito, valores, métodos pedagógicos, investigação, parcerias e diálogo.

Gitsham e Clark (2014) sublinham que o alinhamento com os PGER promove uma educação orientada para o desenvolvimento sustentável, que estimula a participação ativa de docentes, estudantes e gestores. Apesar dos desafios inerentes à adoção de novas pedagogias e à implementação da Agenda 2030, o compromisso com os PGER potencia a criação de uma cultura institucional de responsabilidade e ética.

Os sete princípios que estruturam os PGER são: Propósito, Valores, Métodos, Investigação, Parceria, Diálogo e Prática. Estes princípios procuram estimular e apoiar a educação, a investigação e as parcerias locais e globais, promovendo uma gestão responsável e sustentável, apresentados na Tabela 4.

*Tabela 4 – Princípios para a Gestão da Educação Responsável*

<b>Princípio</b>	<b>Descrição</b>
------------------	------------------

*Sustentabilidade e o Ensino Superior*

<b>Propósito</b>	Atribuir ferramentas para os estudantes e futuros líderes trabalhem em prol de uma economia inclusiva e sustentável.
<b>Valores</b>	Integrar a responsabilidade ambiental e social nas atividades académicas.
<b>Métodos</b>	Estimular práticas pedagógicas que capacitem os estudantes com métodos eficazes de liderança responsável.
<b>Investigação</b>	Incentivar investigações relativas aos impactos no desenvolvimento ambiental, social e económico sustentáveis nas instituições.
<b>Parceria</b>	Efetivar parcerias de forma a expandir conhecimentos sobre responsabilidades socioambientais e explorar abordagens conjuntas para enfrentar desafios insurgente.
<b>Diálogo</b>	Potenciar debates entre a comunidade (académica e exterior) sobre questões relacionadas com sustentabilidade e responsabilidade social.
<b>Prática</b>	Alinhar os Princípios de Gestão Responsável e a <i>accountability</i> nas práticas de governação e atividades das escolas superiores.

A aplicação prática dos Princípios PGER pode ocorrer através de parcerias entre IES, empresas, governos e organizações da sociedade civil, fortalecendo o papel das universidades na construção de um futuro sustentável.

### 2.2.3 Iniciativas e Práticas Sustentáveis em *Campus* Universitários

As universidades são hoje reconhecidas como parceiros estratégicos das comunidades em que se inserem. A sustentabilidade passou a integrar as suas estratégias de desenvolvimento institucional, reforçando o compromisso social e económico e contribuindo para a criação de valor e identidade reputacional (Ribeiro, 2020). A responsabilidade social universitária, neste contexto, é um pilar essencial para a implementação de práticas sustentáveis.

Ribeiro (2020) defende que as IES devem organizar ações de sustentabilidade, tais como campanhas, formações e projetos inclusivos, que envolvam tanto a comunidade académica como a comunidade externa. Essas iniciativas fortalecem a ligação entre universidade e sociedade, promovendo a partilha de valores e a disseminação de boas práticas. A realização de atividades conjuntas traduz o papel das IES como promotoras de uma cultura de sustentabilidade participativa.

Um exemplo concreto é o caso do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), que tem desenvolvido diversos projetos orientados para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Entre eles, destacam-se:

- o projeto +Sustentável, que incentiva comportamentos ecológicos e a redução do consumo e dos resíduos;
- o programa IPC a Pedalar, que promove a mobilidade suave através do uso de bicicletas; e
- o programa Eco-Escolas, uma iniciativa internacional de incentivo à adoção de práticas sustentáveis em ambiente académico.

Estas iniciativas contribuem para o fortalecimento da cultura institucional e para a consolidação de um campus ambientalmente responsável, que se traduz num exemplo de boas práticas de gestão ecológica e social.

Como sublinha Lara (2012), a sustentabilidade universitária deve ser vista como um objetivo coletivo, dependente da mudança de consciência e do diálogo com toda a sociedade. As IES, pela sua função educadora e transformadora, são fundamentais na disseminação de uma consciência sustentável crítica, baseada em modelos inovadores de gestão e na participação ativa de todos os elementos da comunidade académica.

Em síntese, as práticas sustentáveis em campus universitários refletem a capacidade das IES de alinhar a teoria com a prática, traduzindo em ações concretas os valores de sustentabilidade que defendem nos seus programas educativos e institucionais.

## **2.3 Instrumentos de Monitorização e Comunicação da Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior**

A sustentabilidade institucional exige mais do que a implementação de práticas e políticas responsáveis: requer mecanismos de avaliação, monitorização e comunicação que assegurem transparência e *accountability* perante os *stakeholders* internos e externos. As IES, pela sua natureza pública e pelo impacto social das suas ações, necessitam de adotar modelos de mensuração e relato que permitam quantificar o progresso e comunicar de forma credível o seu desempenho nas dimensões ambiental, social e económica.

### **2.3.1 Quadros de Referência e Indicadores de Desempenho Sustentável**

A mensurabilidade das informações sobre sustentabilidade é essencial para que as organizações, incluindo as IES, possam comunicar o seu desempenho em matéria de sustentabilidade. Conforme refere Ribeiro (2020), as instituições devem ser capazes de identificar tendências e *drivers* de mudança, integrando dados sobre sustentabilidade com outras métricas organizacionais. Esta integração permite avaliar de forma sistemática o grau de comprometimento institucional com os princípios do desenvolvimento sustentável.

A análise dos indicadores de sustentabilidade apresentados em relatórios e estudos institucionais evidencia o compromisso das organizações com as dimensões ambiental, social e económica. Ribeiro (2020) sintetiza estas dimensões da seguinte forma:

- a dimensão ambiental avalia o impacto das atividades académicas no ecossistema;
- a dimensão social mede a responsabilidade e o contributo para o bem-estar coletivo; e
- a dimensão económica reflete os efeitos e interações com os *stakeholders*, influenciando a continuidade do sistema económico.

A mensuração fiável destes indicadores é fundamental para garantir a credibilidade dos resultados. Segundo Ribeiro (2020), a transparência das instituições, tanto nas suas ações como nos seus relatórios, tem ganho destaque, sendo hoje um elemento diferenciador da reputação institucional. As IES que adotam sistemas de avaliação sustentáveis

*Sustentabilidade e o Ensino Superior*

---

demonstram uma maior maturidade organizacional e um compromisso real com a responsabilidade social.

De acordo com Sroufe (2017, citado por Ribeiro, 2020), a valorização do desempenho sustentável reforça o conceito de valor partilhado, promovendo práticas que beneficiam simultaneamente a instituição e a sociedade. Neste sentido, as IES devem combinar os seus indicadores internos com as tendências globais e as normas internacionais de sustentabilidade, garantindo que a recolha e a divulgação de informação são realizadas de forma rigorosa e comparável.

Internamente, os indicadores de sustentabilidade funcionam como instrumentos de gestão, permitindo definir objetivos, monitorizar o desempenho e ajustar estratégias. Externamente, a informação divulgada sustenta a reputação institucional e permite comparações entre instituições, incentivando a melhoria contínua. Este processo de reporte contribui para a consolidação da imagem das IES como entidades transparentes e comprometidas com a sustentabilidade.

As instituições dispõem de autonomia para definir a forma e o conteúdo dos seus relatórios, podendo adaptá-los à sua missão, visão e valores. No entanto, Ribeiro (2020) adverte que, embora não exista um modelo padrão de relato, a adoção de normas internacionalmente reconhecidas — como as Normas GRI, os ODS da ONU e os Indicadores ASG — confere consistência e comparabilidade aos relatórios. Estas referências fornecem um enquadramento metodológico robusto para avaliar e comunicar o desempenho sustentável das instituições, reforçando a credibilidade e a *accountability* perante os diferentes grupos de interesse.

O alinhamento com estes quadros de referência permite às IES reforçar a transparência institucional, promover a responsabilidade e consolidar a sua imagem pública como entidades que praticam o que ensinam. A combinação de indicadores quantitativos e qualitativos facilita ainda a gestão de riscos e oportunidades, oferecendo uma visão holística da sustentabilidade organizacional.

### **2.3.2 Relato Sustentável e *Accountability* nas Instituições de Ensino Superior**

A crescente exigência social por transparência e responsabilização tem conduzido à expansão do relato sustentável como instrumento de prestação de contas e de gestão estratégica nas IES. Alonso-Cañadas, Galán-Valdivieso e Caba-Pérez (2019) salientam que a competição pela excelência e visibilidade institucional tem levado as universidades a comunicar não apenas os seus resultados académicos e financeiros, mas também o seu impacto social e ambiental.

O relato sustentável constitui, assim, uma ferramenta de *accountability* e legitimação pública, reforçando a confiança dos *stakeholders* e diferenciando as instituições num contexto cada vez mais competitivo. Para Lara (2012), o desenvolvimento sustentável deve estar integrado num sistema de gestão abrangente, que considere todas as consequências sociais e ecológicas das atividades da instituição. Esta integração permite às IES desenvolver modelos de pensamento crítico e sustentável, promovendo a responsabilidade coletiva.

De acordo com Lara (2012, p. 1647), o ensino superior deve adotar medidas concretas que tornem a sustentabilidade “um objetivo coletivo dependente da mudança da consciência e do diálogo entre a sociedade como um todo”. As universidades, neste quadro, surgem como espaços de formação e transformação, capazes de criar modelos de gestão ambiental e social que sirvam de exemplo para outros setores.

Ribeiro (2020) observa que as IES que comunicam sistematicamente as suas práticas sustentáveis assumem uma posição de liderança e diferenciação, reforçando a sua credibilidade e a confiança da sociedade. O relato sustentável, além de oficializar o compromisso com os ODS e a Agenda 2030, contribui para a consolidação da reputação institucional, para a atração de estudantes e parceiros e para o fortalecimento da imagem de responsabilidade social.

Em suma, o relato sustentável representa não apenas um mecanismo de comunicação, mas também um instrumento estratégico de gestão, que permite alinhar valores institucionais com políticas de transparência e eficiência. As IES que adotam este modelo

*Sustentabilidade e o Ensino Superior*

---

comunicam de forma clara o seu contributo para o desenvolvimento sustentável, demonstrando coerência entre discurso e prática.

## CONCLUSÃO

A sustentabilidade consolidou-se como um imperativo ético, estratégico e transformador para as Instituições de Ensino Superior (IES), que assumem um papel central nas estratégias globais de desenvolvimento sustentável. Para além de formarem cidadãos e profissionais capazes de liderar a transição ambiental ecológica, as IES afirmam-se como laboratórios de inovação e responsabilidade social, articulando a educação, a investigação e a gestão institucional.

A concretização da Agenda 2030 nas IES exige a integração dos Princípios Ambientais, Sociais e de Governação (ASG), a adoção dos Princípios para a Gestão da Educação Responsável (PGER), o alinhamento com os ODS e a implementação de práticas sustentáveis no *campus* e nas atividades académicas, sustentada por três dimensões complementares: a teórica, que define o papel educativo e transformador das IES; a prática, que operacionaliza os princípios sustentáveis nos currículos, na investigação e nas políticas institucionais; e a dimensão de avaliação e comunicação, que assegura transparência, mensuração e responsabilização pública.

Esta integração transversal fortalece-se quando ancorada em quadros conceptuais robustos, como a *Triple Bottom Line*, a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria da Legitimidade, e articulada com normas e políticas internacionais e europeias (os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as Normas GRI, os Princípios de Gestão para a Educação Responsável, Estratégia Europeia para a Sustentabilidade 2030, Pacto Ecológico Europeu e a Diretiva CSRD), que oferecem linguagem comum, critérios de comparabilidade e incentivos à transparência e à *accountability*.

Conclui-se, portanto, que a sustentabilidade no ensino superior não deve ser encarada como um objetivo isolado, mas como uma estratégia transversal, contínua e integrada. A consolidação de uma cultura de responsabilidade partilhada entre estudantes, docentes e comunidade académica é essencial para reforçar a legitimidade social das IES, promover a inovação e garantir um futuro mais justo, equilibrado e resiliente.

Recomenda-se, como continuidade, o desenvolvimento de métricas setoriais para IES, a avaliação dos efeitos do alinhamento com as ESRS nos contextos académicos e o reforço

*Sustentabilidade e o Ensino Superior*

---

de modelos de governação colaborativa que aproximem ciência, políticas públicas e sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alenezi, M., & Alanazi, F. (2024, October). *Integrating environmental social and governance values into higher education curriculum*. International Journal of Evaluation and Research in Education. <http://doi.org/10.11591/ijere.v13i5.29440>
- Amador, F., & Oliveira, C. (2013, December). *Integrating Sustainability into the University: Past, Present, and Future*. Researchgate. 10.1007/978-3-319-02375-5\_4
- André, F., & Gaspar, R. (2022). Ecosocialismo e Sustentabilidade. In *ISCTE*. <http://hdl.handle.net/10071/24737>
- Araújo, F. (2024, September). *Convergência e obrigatoriedade do relato de sustentabilidade das empresas*.
- Avelar, A. B. A., Farina, M. C., & da Silva Pereira, R. (2022). Principles for responsible management education - PRME: Collaboration among researchers. *The International Journal of Management Education*, 20(2), 100642. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2022.100642>
- Bais, B., Nassimbeni, G., & Orzes, G. (2024). Global Reporting Initiative: Literature review and research directions. *Journal of Cleaner Production*, 471, 143428. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2024.143428>
- Bieroza, M. Z., Bol, R., & Glendell, M. (2021). What is the deal with the Green Deal: Will the new strategy help to improve European freshwater quality beyond the Water Framework Directive? *Science of the Total Environment*, 791, 148080. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.148080>

CEDS (2006). Comunicação Interna nas Empresas. Comunicação Interna nas Empresas.

Comissão Europeia. (2019, January 30). *Uma Europa sustentável até 2030*.

Commission.europa.eu. [https://commission.europa.eu/publications/sustainable-europe-2030\\_pt](https://commission.europa.eu/publications/sustainable-europe-2030_pt)

Corsi, A., Pagani, R., Rocha e Cruz, T. B., de Souza, F. F., & Kovalski, J. L. (2022).

Smart Sustainable Cities: Characterization and Impacts for Sustainable Development Goals. *Revista De Gestão Ambiental E Sustentabilidade*, 11(1), e20750. <https://doi.org/10.5585/geas.v11i1.20750>

Crisóstomo, V. L., Forte, H. C., & Prudêncio, P. de A. (2020). REVISTA AMBIENTE

CONTÁBIL. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL*, 12(2). <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n2ID21526>

Dionise, A. (2025). The United Nations' Functioning and Its Relevance to the Member

States. *Journal of Political Science and International Relations*, 8(1), 31–42. <https://doi.org/10.11648/j.jpsir.20250801.13>

Elkington, J. (1998). Enter the Triple Bottom Line. *Measuring Business Excellence*, 2(3),

18–22. <https://doi.org/10.1108/eb025539>

European Commission. (2019). *The European Green Deal*. European Commission;

European Commission. [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)

European Union. (n.d.). *Desenvolvimento Sustentável - EUR-Lex*. Eur-Lex.europa.eu.

<https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/glossary/sustainable-development.html>

- Faustino, M., & Amador, F. (2016, July). *O Conceito de “Sustentabilidade”: Migração e Mudanças de Significados no Âmbito Educativo*. Researchgate. 10.34624/id.v8i1.12623
- Fonseca, L. M., Domingues, J. P., & Dima, A. M. (2020). Mapping the Sustainable Development Goals Relationships. *Sustainability*, 12(8), 3359. <https://doi.org/10.3390/su12083359>
- Forte, S. H. A. C., Pinto, D. e S., Ferreira, C. M. M., Araujo Filho, J. A. de, Nascimento, L. de A., & Pompeu, R. M. (2024). ESG in the Internationalization of Higher Education Institutions. *Revista de Gestão Social E Ambiental*, 18(9), e06239. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n9-022>
- García-Sánchez, I., Hussain, N., Aibar-Guzmán, C., & Aibar-Guzmán, B. (2021). Assurance of corporate social responsibility reports: Does it reduce decoupling practices? *Business Ethics, the Environment & Responsibility*, 31(1), 118–138. <https://doi.org/10.1111/beer.12394>
- Gitsham, M., & Clark, T. S. (2014). *Sustainability in Higher Education*. International Journal of Sustainability in Higher Education. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-12-2011-0082>
- Grayson, D., & Nelson, J. (2017). Corporate Responsibility Coalitions. In *Routledge eBooks*. Informa. <https://doi.org/10.4324/9781351277525>
- GRI. (2022, October 12). *GRI Standards Portuguese Translations*. [www.globalreporting.org](https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-portuguese-translations/). <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>

- Gutterman, A. (2023). Stakeholder Theory. *SSRN Electronic Journal*.  
<https://doi.org/10.2139/ssrn.4387595>
- Hales, J. (2021, March 18). [https://doi.org/10.1142/9789811213960\\_0007](https://doi.org/10.1142/9789811213960_0007). World Scientific Encyclopedia of Climate Change, Pp. 37-41 (2021).  
[https://doi.org/10.1142/9789811213960\\_0007](https://doi.org/10.1142/9789811213960_0007)
- He, X. (2022). Sustainability and Accountability in Public Sector: A Legitimacy Perspective. *Social and Environmental Accountability Journal*, 43(1), 84–88.  
<https://doi.org/10.1080/0969160x.2022.2136907>
- Hepper, E. L., Souza, O. T. de, Petrini, M. D. C., & Silva, C. E. L. e. (2017). Proposição de um modelo de maturidade para sustentabilidade corporativa. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(1), 43.  
<https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i1.33127>
- Laasch, O., Moosmayer, D., Antonacopoulou, E., & Schaltegger, S. (2020, January 24). *Constellations of Transdisciplinary Practices: A Map and Research Agenda for the Responsible Management Learning Field*. *Journal of Business Ethics*.  
<https://doi.org/10.1007/s10551-020-04440-5>
- Lara, P. (2012). Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior. *Revista Monografias Ambientais*, 7(7), 2236–1308.
- Levy, D. L., Brown, H. S., & de Jong, M. (2009, October 6). *The Contested Politics of Corporate Governance*. Sage Journals. <https://doi.org/10.1177/00076503093454>
- Li, T.-T., Wang, K., Sueyoshi, T., & Wang, D. D. (2021). ESG: Research Progress and Future Prospects. *Sustainability*, 13(21), 11663.

<https://doi.org/10.3390/su132111663>

Lous, M., Lund, S., Mathisen, C. F., Bjørberg, S., Valen, M. S., Salaj, A. T., & Diaconu, M. (2022). Sustainable accounting standard for increasing sustainable refurbishment projects. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 1101(6), 062029. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/1101/6/062029>

Luo, L., & Tang, Q. (2020, August 1). *Corporate governance and carbon performance: role of carbon strategy and awareness of climate risk*. *Accounting & Finance*. <https://doi.org/10.1111/acfi.12687>

Marujo, N. A. M. G., & Miranda, S. (2016). Os Novos Desafios Da Comunicação na Sustentabilidade e na Responsabilidade Social Interna das Organizações. *Investigação E Intervenção Em Recursos Humanos*, 6, 102. <https://doi.org/10.26537/iirh.v0i6.2277>

Mousa, G., & Hassan, N. (2015). Legitimacy Theory and Environmental Practices: Short Notes. *International Journal of Business and Statistical Analysis*, 2(1), 2384–4663.

Official Journal of the European Union. (2022). DIRECTIVE (EU) 2022/2464 OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL . *European Union*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022L2464>

Ortiz, E., & Marin, S. (2014). Global Reporting Initiative (GRI) as recognized guidelines for sustainability reporting by Spanish companies on the IBEX 35: Homogeneity in their framework and added value in the relationship with financial entities. *Intangible Capital*, 10(5). <https://doi.org/10.3926/ic.492>

- Ortiz-Martínez, E., Marín-Hernández, S., & Santos-Jaén, J.-M. (2023). Sustainability, corporate social responsibility, non-financial reporting and company performance: Relationships and mediating effects in Spanish small and medium sized enterprises. *Sustainable Production and Consumption*, 35, 349–364. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2022.11.015>
- Pereira, R., Marcilio, B. B., Guercio, M. J., Takimoto, T., & Fialho, F. (2021, November). *ESG: UMA REVISÃO INTEGRATIVA*. Researchgate. 10.1002/csr.1795
- PRME. (2023). *What We Do*. UNPRME. <https://www.unprme.org/what-we-do/>
- Purvis, B., Mao, Y., & Robinson, D. (2018). Three pillars of sustainability: in search of conceptual origins. *Sustainability Science*, 14(3), 681–695. <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0627-5>
- R.E. Freeman Strategic Management: A Stakeholder Approach (New York: Harpercollins College (Pitman Series in Business and Public Policy, 1984).
- Reilly, A. H., & Hynan, K. A. (2014). *Corporate communication, sustainability, and social media: It's not easy (really) being green*. ScienceDirect. <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2014.07.008>
- Ribeiro, I. (2020). Comunicação da Sustentabilidade. In *Politécnico de Leiria*. <http://hdl.handle.net/10400.8/5064>
- Rodrigues, R., Sá, P., Rodrigues, S., Rodrigues, S., Beça, P., & Pombo, L. (n.d.). *A Caminho da Sustentabilidade*.
- Ruiz-Blanco, S., Romero, S., & Fernandez-Feijoo, B. (2021). Green, blue or black, but washing—What company characteristics determine greenwashing? *Environment*,

*Development and Sustainability*, 24(3), 4024–4045.

<https://doi.org/10.1007/s10668-021-01602-x>

Savitz, A. W. & Weber, K. 2007. Empresa sustentável: O verdadeiro sucesso é lucro com responsabilidade social e ambiental. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier.

Silva, M. E. da, & Nascimento, L. F. M. (2015). Atuação responsável ou jogo de mercado? Entendendo a relação empresa-mídia para a efetivação do consumo sustentável. *Revista de Administração Da UFMS*, 7(4), 73–88.  
<https://doi.org/10.5902/198346597177>

Sroufe, R. (2017). Integration and organizational change towards sustainability. *Journal of Cleaner Production*, 162, 315–329.  
<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.05.180>

Sustentable, E., Feil, A., & Schreiber, D. (2022). Palabras clave: Triple bottom line, top-down y bottom-up, niveles de sostenibilidad. Revista. In *El Periplo Sustentable*.  
<https://doi.org/10.36677/elperiplo.v0i42.12535>

Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (2018). In *AmbientalMENTEsustentable*, 25(1), 171-190.  
<https://doi.org/10.17979/ams.2018.25.1.4655>

Tsang, A., Frost, T., & Cao, H. (2023). Environmental, Social, and Governance (ESG) disclosure: A literature review. *The British Accounting Review*, 55, 101149.  
<https://doi.org/10.1016/j.bar.2022.101149>

Tsang, Y. P., Fan, Y., & Feng, Z. P. (2023). Bridging the gap: Building environmental,

social and governance capabilities in small and medium logistics companies.

*Journal of Environmental Management*, 338, 117758.

<https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2023.117758>

United Nations Global Compact. (2025). *Our Mission | UN Global Compact*.

Unglobalcompact.org. <https://unglobalcompact.org/what-is-gc/mission>

van Oorschot, K. E., Aas Johansen, V., Lynes Thorup, N., & Aspen, D. M. (2024).

Standardization cycles in sustainability reporting within the Global Reporting Initiative. *European Management Journal*, 42(4), 492–502.

<https://doi.org/10.1016/j.emj.2024.04.001>

Wersun, A. (2017, July). *Context and the institutionalisation of PRME: The case of the*

*University for the Common Good*. ScienceDirect.

<https://doi.org/10.1016/j.ijme.2017.02.012>

World Economic Forum. (2023, March). *World Economic Forum Annual Meeting 2024*.

World Economic Forum. <https://www.weforum.org/meetings/world-economic-forum-annual-meeting-2024/>

Xue, Q. (2022). Increasing commitment to the Sustainable Development Goals across

universities worldwide. *Sustainable Horizons*, 2, 100021.

<https://doi.org/10.1016/j.horiz.2022.100021>

Zhang, C., & Wang, Y. (2024, June). *Are ESG scores affected by the quality of non-*

*financial disclosures?* ScienceDirect. <https://doi.org/10.1016/j.iref.2024.03.070>

# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



# **Relatório de Sustentabilidade**

## **2024**

# **Relatório de Sustentabilidade 2024**

## **Instituto Politécnico de Coimbra**



## ÍNDICE

Mensagem.....	10
Introdução .....	11
<b>I - Ambiente .....</b>	<b>14</b>
Energia .....	14
Água .....	16
Mobilidade sustentável.....	17
Gestão de resíduos.....	20
Infraestruturas .....	22
Redução de papel e digitalização ( <i>paper free</i> ) .....	24
Alimentação e desperdício alimentar .....	26
<b>II - Sociedade .....</b>	<b>29</b>
Reforçar a ligação à comunidade .....	29
Coimbra iTEC.....	30
INOPOL – Academia de empreendedorismo .....	31
Formar mais estudantes.....	34
Melhorar a oferta formativa e a qualidade do ensino.....	37
Reforçar a internacionalização do ensino e da investigação .....	40
Promover a igualdade e o ensino, a saúde, o bem-estar, a cultura e o desporto .....	43
cultura .....	44
Ação Social .....	45
Melhorar as infraestruturas físicas e digitais.....	46
Igualdade de oportunidades.....	48

## Relatório de Sustentabilidade 2024 | IPC

Educação de qualidade e formação para a sustentabilidade .....	51
Saúde e vida ativa .....	53
Desporto.....	54
Clínica do IPC – Clínica geral à Unidade de Saúde e Bem-Estar .....	57
<b>III - Governance .....</b>	<b>60</b>
Consolidar a marca do IPC e otimizar a comunicação .....	60
Aumentar a flexibilidade da organização e a eficiência de gestão .....	62
Valorizar e motivar os recursos humanos .....	64
Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da instituição.....	65
Conclusão .....	<b>68</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores relacionados com Energia .....	15
Tabela 2 - ODS relacionados com Energia .....	16
Tabela 3 – Indicadores relacionados com Água .....	16
Tabela 4 - ODS associados com a Água .....	17
Tabela 5 – Indicadores relacionados com Mobilidade Sustentável .....	18
Tabela 6 - ODS associados à Mobilidade Sustentável .....	19
Tabela 7 - Indicadores relacionados com Gestão de Resíduos .....	20
Tabela 8 - ODS associados à Gestão de Resíduos .....	21
Tabela 9 - Indicadores relacionados com as Infraestruturas .....	22
Tabela 10 - ODS relacionados às Infraestruturas .....	24
Tabela 11 - Indicadores relacionados com a Redução de Papel e a Digitalização .....	25
Tabela 12 - ODS associados com a meta Redução de Papel e Digitalização ...	25
Tabela 13 - Indicadores relacionados com Alimentação e o Desperdício Alimentar .....	26
Tabela 14 - ODS associados à meta da Alimentação e Desperdício Alimentar .	27
Tabela 15 - ODS associados com o Reforço da Ligação com a Comunidade ...	33
Tabela 16 - ODS associados com a meta para Formar mais Estudantes .....	36
Tabela 17 – Número de alunos matriculados na 1ª fase do ano letivo 2023/2024 .....	38
Tabela 18 - Indicadores relacionados com a Melhoria da Oferta Formativa e a Qualidade do Ensino .....	39
Tabela 19 - ODS relacionados com a Melhoria da Oferta Formativa e a qualidade do Ensino .....	39
Tabela 20 - Indicadores relacionados com o Reforço da Internacionalização do Ensino e da Investigação .....	40

Tabela 21 - ODS associados ao reforço da Internacionalização do Ensino e da Investigação .....	42
Tabela 22 - Indicadores para a Promoção de Igualdade .....	43
Tabela 23 - Atividades culturais proporcionadas pelo CCPS .....	45
Tabela 24 - ODS associados com a meta relativa à Promoção da Igualdade, o Ensino, a Saúde, o Bem-Estar, a Cultura e o Desporto.....	45
Tabela 25 - Indicadores relacionados com a Melhoria das Infraestruturas .....	46
Tabela 26 - ODS associados à Melhoria das Infraestruturas Físicas e Digitais .	47
Tabela 27 - Indicadores relacionados com a Igualdade de Oportunidades entre estudantes.....	48
Tabela 28 – Apoios sociais e financeiros que promovem a Igualdade de Oportunidades.....	49
Tabela 29 - Igualdade para os trabalhadores .....	49
Tabela 30 - ODS relacionados com a Igualdade de Oportunidades.....	50
Tabela 31 – Indicadores relacionados com o Sucesso e Abandono Escolar .....	51
Tabela 32 - Educação e Formação para a sustentabilidade.....	51
Tabela 33- Investigação, Conhecimento e Inovação Digital .....	52
Tabela 34 – Educação e Sensibilização Ambiental .....	52
Tabela 35 - ODS associados à Educação de Qualidade e Formação para a Sustentabilidade.....	53
Tabela 36 - Indicadores relacionados com Saúde e Vida-Ativa .....	55
Tabela 37 - Dados sobre a Clínica do IPC.....	58
Tabela 38 - ODS associados à Saúde e Vida Ativa.....	59
Tabela 39 - Indicadores relacionados com a Flexibilização da Organização e a Eficiência da Gestão .....	63

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	11
Figura 2 – Campanha de sensibilização para o consumo eficiente de água.....	16
Figura 3. <i>Campus</i> da Escola Superior Agrária de Coimbra .....	17
Figura 4 - Aluno do IPC numa das bicicletas facultadas pela instituição.....	18
Figura 5 - Programa “IPC a Pedalar” .....	19
Figura 6 - O IPC foi premiado como EcoCampus e Eco-Escola.....	21
Figura 7- Presidência do Município e do IPC no ato de consignação para as residências em Oliveira do Hospital .....	23
Figura 8 - Cantina do <i>campus</i> Agrária/ISCAC .....	27
Figura 9 - <i>Job Summit</i> IPC & <i>Science2Business</i> .....	30
Figura 10 - <i>Business Talk</i> debateu o tema da Inteligência Artificial no mundo empresarial.....	31
Figura 11 - Logótipo do INOPOL.....	31
Figura 12 - Edifício do INOPOL.....	32
Figura 13 - <i>Job summit</i> IPC & <i>Science2Business</i> .....	33
Figura 14 - Coimbra <i>Invest Summit</i> .....	33
Figura 15 - IPC na Futurália .....	34
Figura 16 - <i>Stand</i> do IPC na Futurália .....	35
Figura 17 - Estudantes do IPC numa escola secundária.....	36
Figura 18 - Receção aos novos alunos do IPC.....	37
Figura 19. Sala de estudo do IPC .....	38
Figura 20 - Reunião do Consórcio ErasmusCentro para o programa Erasmus+, período 2021-2027 .....	41
Figura 21 - Alunos do Programa Erasmus+ visitam a Serra da Lousã.....	42
Figura 22 - Centro Cultural Penedo da Saudade.....	44
Figura 23 - Polo de investigação do IPC, localizado no iParque .....	47
Figura 24 - Residências Universitárias do Polo Agrária/ISCAC.....	50

Figura 25 - Ginásio do IPC.....	54
Figura 26 - Estudante-atleta campeã universitária de karaté .....	56
Figura 27 - Equipa de rugby campeã nacional .....	56
Figura 28 - Gala do Desporto, 2024.....	56
Figura 29 - Clínica do IPC.....	57
Figura 30. Equipa responsável pelo "+SaBe: +Saúde e Bem-Estar".....	58
Figura 31: Torneio de futebol .....	59
Figura 32 - Ilustração alusiva ao "Dia do Politécnico".....	60
Figura 33. Cerimónia de abertura solene das aulas do IPC, 11 de setembro ....	62
Figura 34 - Imagem alusiva ao i2A.....	65

## ACRÓNIMOS

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&D+I – Investigação, Desenvolvimento e Inovação

IES – Institutos de Ensino Superior

Indicadores ASG – Indicadores Ambiente, Sociedade e *Governance*

IPC – Instituto Politécnico de Coimbra

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

UO – Unidade Orgânica

## MENSAGEM

O Politécnico de Coimbra (IPC) tem vindo a consolidar o seu compromisso com a sustentabilidade como eixo estruturante da sua missão educativa e social. Este compromisso reflete-se na integração dos princípios do desenvolvimento sustentável em todas as dimensões da vida académica e institucional — desde a formação e investigação até à gestão ambiental, social e de governação.

Enquanto Vice-Presidente do IPC, responsável pelas áreas de saúde ocupacional, desporto e sustentabilidade ambiental, acompanhei de perto a evolução das nossas práticas e políticas, reforçando a importância de uma abordagem holística, que promoveu o equilíbrio entre o bem-estar das pessoas, a eficiência dos recursos e a responsabilidade ambiental. A saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade académica são pilares fundamentais para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente na promoção de ambientes de trabalho e de aprendizagem saudáveis, inclusivos e sustentáveis. Nos últimos anos, o IPC tem desenvolvido projetos e iniciativas que traduzem este compromisso em ações concretas: redução da pegada ecológica, estímulo à mobilidade sustentável, valorização dos recursos humanos, integração de práticas de economia circular e reforço da literacia ambiental e social. Estes esforços resultam de um trabalho colaborativo e contínuo, que envolveu Unidades Orgânicas, docentes, estudantes, investigadores e pessoal técnico e administrativo.

Este Relatório de Sustentabilidade reflete esse percurso — um instrumento de transparência, prestação de contas e inspiração para o futuro. Demonstra que a sustentabilidade no IPC não é apenas uma meta, mas uma cultura institucional traduzida em decisões diárias, inovação e compromisso coletivo.

Agradeço o empenho de toda a comunidade académica e felicito o excelente trabalho desenvolvido pela aluna Barbara Santos, sob orientação das Professoras Fátima Conde e Sandra Matos, na elaboração deste relatório, que reforça o papel do IPC enquanto Instituição de Ensino Superior que forma cidadãos e profissionais conscientes, críticos e comprometidos com um futuro mais sustentável, saudável e inclusivo.

Ana Ferreira - Vice-Presidente do IPC (de 2019 a 2025)

## INTRODUÇÃO

A sustentabilidade apresenta-se como um tema atual e transversal a todas as áreas da sociedade. Para além de um conceito, representa um compromisso com a proteção do meio ambiente, a promoção do bem-estar social e a garantia de um futuro equilibrado para as gerações seguintes. As Nações Unidas, através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estão representados na Figura 1, reforçam a importância da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, propondo dezassete metas globais que orientam as instituições e cidadãos na proteção do planeta e na construção de sociedades mais justas, inclusivas e resilientes.



FIGURA 1 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No contexto do ensino superior, a sustentabilidade assume especial relevância, dado que as Instituições de Ensino Superior (IES) são responsáveis por formar e motivar profissionais que sejam ativos na inovação e na investigação e capacitados para responderem aos desafios colocados pela crise climática. O Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), consciente desta responsabilidade, interpreta a sustentabilidade como um eixo estratégico e é ativo na integração de práticas de desenvolvimento sustentável em todas as suas Unidades Orgânicas (UO). Para além disso, promove a inclusão de conteúdos relacionados com os ODS nos currículos académicos, reforçando o seu papel formador, inovador e transformador.

## Relatório de Sustentabilidade 2024 | IPC

Esta proposta de estrutura do Relatório de Sustentabilidade está estruturada em três grandes dimensões - Ambiente, Sociedade e *Governance* - inspirado nos Indicadores ASG. O conceito ASG corresponde a um conjunto de critérios de avaliação do desempenho sustentável das organizações, que consideram, de forma integrada, o impacto ambiental (A), o compromisso social (S) e as práticas de gestão e transparência (G). Em contexto académico, estes indicadores permitem avaliar e comunicar o desempenho do IPC em matérias ambientais, sociais e de governação, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Cada dimensão apresenta um conjunto de indicadores que refletem o desempenho do IPC em 2024, em articulação com os ODS relevantes associados. Esta estrutura permite avaliar os progressos alcançados, consolidar as ações em curso e identificar compromissos futuros com a sustentabilidade.

As informações reunidas resultam de dados internos disponibilizados pelo IPC, de ações comunicadas pela instituição e do seu Plano Estratégico 2021-2025. Com base em evidências quantitativas e qualitativas, o presente relatório identifica, não só os progressos obtidos, mas também as oportunidades de melhoria, face aos desafios atuais e emergentes.

Com esta publicação, o IPC reafirma o seu compromisso perante o desenvolvimento sustentável e procura inspirar toda a comunidade académica adotar práticas responsáveis, incentivando um pensamento crítico e proativo em prol da sustentabilidade.

O IPC assume a sustentabilidade como um pilar estratégico da sua missão, orientando a formação, a investigação e a gestão institucional para a construção de um futuro mais equilibrado, inclusivo e responsável. Este compromisso reflete-se na forma como o IPC se relaciona com os diferentes atores que integram e influenciam o seu ecossistema.

O envolvimento dos estudantes é promovido através da oferta formativa, que integra princípios de sustentabilidade, cidadania ativa e responsabilidade social,

bem como pela participação em projetos e núcleos de estudantes e iniciativas que incentivem práticas de voluntariado, inovação e empreendedorismo sustentável.

Os docentes e investigadores assumem um papel central na promoção da sustentabilidade, incorporando práticas pedagógicas e científicas, que contribuem para o desenvolvimento de soluções inovadoras face aos desafios ambientais, sociais e económicos. A investigação aplicada e interdisciplinar permite transferir conhecimento para a comunidade e apoiar políticas públicas sustentáveis.

Os pessoal não-docente são, igualmente, agentes ativos neste compromisso, contribuindo para a implementação de práticas de gestão eficientes, inclusivas e ambientalmente responsáveis, alinhadas com os objetivos estratégicos do IPC.

O Instituto mantém relações de cooperação com empresas, autarquias e outras entidades públicas e privadas, promovendo parcerias que reforçam a ligação entre o conhecimento produzido e as necessidades reais da sociedade. Estas conexões permitem desenvolver projetos de impacto local e regional, potenciando a inovação sustentável e a empregabilidade. O IPC também integra redes e parcerias internacionais, que reforçam a sua atuação global em prol da sustentabilidade, fomentando a partilha de boas práticas e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas com resultados positivos à escala internacional.

Através desta rede de relações, o IPC afirma-se como uma instituição aberta, colaborativa e comprometida com a transformação sustentável, integrando de forma coerente os seus valores na formação, na investigação e na gestão quotidiana.

# I - AMBIENTE

A natureza e o meio ambiente são elementos essenciais à vida no planeta. Face à verificação da escassez de recursos naturais e às visíveis alterações climáticas, os países por todo o mundo uniram esforços para desenvolver medidas de mitigação e adaptação, cujos objetivos passam pela promoção da sustentabilidade ambiental.

No âmbito dos Indicadores ASG (Ambiente, Sociedade e *Governance*), o indicador Ambiente procura responder aos diversos desafios ecológicos, visando, principalmente, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, potenciar a eficiência energética, melhorar a gestão de resíduos, otimizar a utilização de água potável, preservar a biodiversidade e prevenir riscos ambientais.

Ao adotar comportamentos de responsabilidade ambiental, as IES contribuem para a formação de cidadãos conscientes e ambientalmente responsáveis, demonstrando capacidade para gerir o *campus* de forma mais sustentável e reforçar a imagem institucional junto da comunidade.

## ENERGIA

Gerir a energia de forma eficiente é fundamental para a sustentabilidade ambiental, uma vez que a utilização de recursos energéticos tem consequências diretas nas alterações climáticas e o IPC atua ativamente para as mitigar.

No contexto institucional, a energia representa uma área estratégica, não apenas pela relevância ambiental, mas também pelo seu potencial pedagógico e exemplificativo de boas práticas. Todas as Unidades Orgânicas (UO) do Politécnico de Coimbra adotam procedimentos que promovem a utilização eficiente dos recursos energéticos, através de ações de sensibilização, informação e formações sobre a eficiência energética. Estas medidas contribuem para otimizar a gestão energética, a durabilidade dos equipamentos, a melhorar as condições das infraestruturas e edifícios, assegurar a qualidade do ar

## Relatório de Sustentabilidade 2024 | IPC

interior e o conforto térmico dos edifícios, a reduzir os consumos energéticos e as emissões de CO<sub>2</sub> para a atmosfera.

TABELA 1 - INDICADORES RELACIONADOS COM ENERGIA

<b>Energia consumida</b> 282.85 MWh Energia elétrica, gás natural e outras fontes de energia não especificadas	<b>Plano de energia</b> Encontra-se em fase de preparação pelas unidades competentes
<b>Fontes de energia renovável</b> Plano para a utilização de energias renováveis está em desenvolvimento	<b>Produção de energia renovável</b> 6.8% Produção de energia renovável por ano = 192.22 Consumo total de energia por ano = 2 828.85
<b>Sistemas de aquecimento e arrefecimento inteligentes</b> O IPC possui edifícios com sistema de aquecimento e arrefecimento energeticamente eficiente com certificado energético	<b>Edifícios com certificado energético</b> Os edifícios do IPC não têm certificados energéticos
<b>Luminárias com sistemas de poupança de energia</b> Não Tecnologia LED, sensores de movimento para luzes, etc.	

O IPC encontra-se a preparar um plano de energético que visa aumentar a utilização de energias renováveis e potenciar a eficiência energética. Ao tornar-se uma Comunidade de Energia Renovável, ou seja, ao produzir energia limpa, o Politécnico de Coimbra tem oportunidade de reduzir a dependência externa e reforça o compromisso com a sustentabilidade energética.

TABELA 2 - ODS RELACIONADOS COM ENERGIA

**ODS associados**

**7** ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS



**9** INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS



**11** CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



As atividades foram realizadas com foco na **transição energética** e na **capacitação das infraestruturas** para otimizar a utilização de energia sustentável e reduzir o impacto ambiental gerado.

## ÁGUA

A água potável é um recurso escasso e a sua gestão eficiente é essencial para a preservação do meio ambiente e, por conseguinte, para o desenvolvimento sustentável. Assegurar a disponibilidade de água potável e saneamento para toda a comunidade académica, aliado a padrões de consumo sustentáveis e à consciencialização ambiental, constitui um dos principais esforços desenvolvidos pelo IPC.

TABELA 3 – INDICADORES RELACIONADOS COM ÁGUA

<b>Consumo de água potável</b>
29.562 m <sup>3</sup>
<b>Água reciclada</b>
O IPC não reciclou água
<b>Torneiras de baixo consumo</b>
Sim
<b>Superfície permeável</b>
53%
Área total da superfície do solo dedicada à absorção de água [m <sup>2</sup> ] = 8 013,25



FIGURA 2 – CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O CONSUMO EFICIENTE DE ÁGUA

O Politécnico apresenta um consumo significativo de água potável, em grande parte motivado pelas extensas áreas dedicadas à produção agropecuária e florestal, o que revela margem de otimização no uso deste recurso. A superfície permeável, ou seja, áreas verdes, representa aproximadamente 53% do *campus* e 47% correspondem a edifícios e infraestruturas. Esta aproximação de valores pode gerar o risco de escoamento de água pluviais, impermeabilização do solo e dificuldades na drenagem e gestão de águas residuais.



FIGURA 3. *CAMPUS* DA ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE COIMBRA

TABELA 4 - ODS ASSOCIADOS COM A ÁGUA

ODS relacionados	
	
As futuras iniciativas a adotar devem focar-se na promoção de <b>padrões de consumo de água responsáveis</b> e adaptados ao contexto institucional.	

## MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

A mobilidade sustentável oferece novas e melhoradas formas de deslocação, caracterizadas por reduzidas emissões de gases com efeito de estufa e pela promoção de estilos de vida mais saudáveis.

O IPC demonstra empenho na transição para a mobilidade sustentável como, por exemplo, através do projeto “IPC a Pedalar”. Esta iniciativa surgiu, não somente com o objetivo de promover estilos de vida mais ativos e saudáveis, mas também para fomentar ações e comportamentos responsáveis e sustentáveis entre a comunidade académica, em prol da saúde individual e do ambiente.



FIGURA 4 - ALUNO DO IPC NUMA DAS BICICLETAS FACULTADAS PELA INSTITUIÇÃO

O projeto “IPC a Pedalar”, iniciado em 2020, procura incentivar a utilização de meios de mobilidade suave, especialmente, através da atribuição de bicicletas aos alunos (foram colocadas à disposição 147 bicicletas – 99 elétricas e 48 convencionais), com vista à redução de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) para a atmosfera.

Esta iniciativa reforça estilos de vida saudáveis, tanto a nível individual como no seio da comunidade académica, consolidando o compromisso do IPC com a sustentabilidade ambiental.

TABELA 5 – INDICADORES RELACIONADOS COM MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

<b>Plano de mobilidade</b> Encontra-se em fase preparação
<b>Mobilidade sustentável</b> Presença de iniciativas para reduzir a utilização de veículos privados a favor dos transportes públicos e/ou da mobilidade suave
<b>Mobilidade elétrica</b> O IPC dispõe de postos de carregamento elétricos
<b>Disponibilização de veículos elétricos às unidades orgânicas</b> Não

### Consumo de combustíveis fósseis – frota automóvel

17 502.67 litros

O IPC possui postos de carregamento elétrico, alinhando-se com vários ODS nomeadamente os que promovem energia limpa (ODS 7), cidades sustentáveis (ODS 11) e ação climática (ODS 13). Apesar de infraestrutura para carregar carros movidos a energia, não há disponibilização de veículos elétricos às UO, o que indica que a transição para a frota elétrica ainda não se iniciou, encontrando-se numa fase muito incipiente.

Consequentemente, o Politécnico é fortemente dependente de combustíveis fósseis, com consequências negativas para o meio ambiente.



FIGURA 5 - PROGRAMA “IPC A PEDALAR”

O Plano de Mobilidade encontra-se em elaboração, demonstra o compromisso institucional com a mobilidade suave e sustentável, em linha com as boas práticas internacionais.

TABELA 6 - ODS ASSOCIADOS À MOBILIDADE SUSTENTÁVEL



As atividades desenvolvidas potenciam a **mobilidade suave**, visando a redução de combustíveis fósseis, demonstrando o empenho do IPC no contributo para a **mobilidade sustentável**.

## GESTÃO DE RESÍDUOS

A gestão de resíduos desempenha um papel vital na promoção da sustentabilidade, contribuindo para a redução dos impactos ambientais negativos decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Politécnico. Para alcançar este objetivo, é essencial promover hábitos sustentáveis, como a reutilização de materiais, ações de sensibilização e medidas internas adequadas ao contexto escolar. Ao adotar práticas eficazes de gestão dos resíduos, o IPC reforça o seu compromisso com a responsabilidade ambiental e consolida a sua reputação enquanto *campus* sustentável.

TABELA 7 - INDICADORES RELACIONADOS COM GESTÃO DE RESÍDUOS

<b>Bebedouros e locais para encher garrafas de água</b>
39 dispensadores de água potável filtrada para encher garrafas de água
<b>Plano Estratégico de Gestão de Resíduos</b>
Existente, mas não divulgado ao público nem revisto periodicamente
<b>Garrafas reutilizáveis</b>
Foram distribuídas 2 976 garrafas de água de vidro reutilizáveis à comunidade académica
<b>Recolha separativa de resíduos</b>
11 ecopontos para reciclagem
Ecopontos para papel, plástico, vidro, orgânicos, <i>toners</i> , REE, pilhas, cápsulas de café, resíduos de construção e demolição, resíduos hospitalares, resíduos químicos
<b>Certificação Eco-Escolas e EcoCampus</b>
Todas as UO de ensino ostentam o galardão de Eco-Escolas e EcoCampus

O IPC adota comportamentos que potenciam a sustentabilidade da gestão dos recursos. Em 2024 foram distribuídas quase três mil garrafas de água reutilizáveis à comunidade académica, reduzindo o consumo de plástico descartável.

Adicionalmente, as Escolas estão capacitadas com 39 dispensadores de água potável filtrada, facilitando o acesso da comunidade académica a água de qualidade e, ao mesmo tempo, elimina a necessidade de garrafas de água engarrafadas, diminuindo significativamente os resíduos de plástico. A presença de ecopontos em todas as UO reforça a importância da recolha seletiva e da reciclagem, pilares centrais da gestão ambiental responsável.



FIGURA 6 - O IPC FOI PREMIADO COMO ECO-CAMPUS E ECO-ESCOLA

O Programa Eco-Escolas é um programa internacional que pretende encorajar e reconhecer os esforços realizados pelas escolas e agrupamentos escolares, através de medidas em prol da sustentabilidade nas suas vertentes ambiental, social e económica. Esta participação, que envolve auditorias ambientais, planos de ação e atividades pedagógicas,

reforça a imagem do IPC como uma IES sustentável a nível nacional.

TABELA 8 - ODS ASSOCIADOS À GESTÃO DE RESÍDUOS

### ODS relacionados



Os trabalhos realizados incidem na promoção do **consumo responsável** e em práticas de **reciclagem**, reforçando o compromisso do IPC com a **economia circular**. Ações futuras, como o desenvolvimento de um plano de reciclagem atualizado e o fortalecimento da separação e valorização de resíduos, representam oportunidades concretas de progresso sustentável.

## INFRAESTRUTURAS

As infraestruturas têm uma função estratégica na consolidação de uma instituição sustentável, resiliente e inclusiva. Ao investir em infraestruturas sustentáveis, o IPC, para além de otimizar os edifícios e outras construções, consegue reduzir os impactos ambientais negativos, decorrentes das suas atividades e melhora a qualidade do *campus*, reforçando o compromisso com a transição ecológica e climática.

TABELA 9 - INDICADORES RELACIONADOS COM AS INFRAESTRUTURAS

<b>Área construída</b>
130 914.24 m <sup>2</sup>
<b>Espaços requalificados</b>
Várias infraestruturas do <i>campus</i> IPC foram recuperadas para melhorar as condições de ensino e dos serviços, bem como apoia projetos comunitários
<b>Construir, reformar e modernizar as residências e UO</b>
Residências académicas e outros edifícios do Politécnico encontram-se em fase de construção ou remodelação
<b>Área verde (m<sup>2</sup>)</b>

---

1 369 496.40 m<sup>2</sup>

---

Em 2024, no âmbito do processo de reabilitação de infraestruturas e com apoio no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), iniciaram-se obras de requalificação das residências em funcionamento, com uma intervenção faseada nos edifícios, com melhorias significativas a vários níveis (condições térmicas e de acústica, hídrica e ao nível da sustentabilidade dos recursos). Neste âmbito, o IPC adquiriu um edifício (hotel) junto ao Polo de Oliveira do Hospital, com vista à sua adaptação a residência universitária para os estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, aumentando a oferta em 100 camas. De igual modo, as residências do *campus* de S. Martinho do Bispo, encontram-se em remodelação e pretendem aumentar a oferta com mais 400 camas.



FIGURA 7- PRESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO E DO IPC NO ATO DE CONSIGNAÇÃO PARA AS RESIDÊNCIAS EM OLIVEIRA DO HOSPITAL

O PRR permitiu dotar o *campus* com novos equipamentos laboratoriais avançados, reforçar as redes de *internet* de alta velocidade e criar salas de aulas híbridas, preparadas para o ensino, tanto presencial como à distância.

O INOPOL, centro de inovação empresarial do Politécnico, também está a ser alvo de obras de manutenção e eficiência energética, cofinanciadas a 85% pelo programa Centro 2020. Estas obras, que se preveem concluídas em 2025, reduzirão significativamente os consumos de energia e melhorarão o conforto dos utilizadores.

TABELA 10 - ODS RELACIONADOS ÀS INFRAESTRUTURAS



Paralelamente, a instituição contínua a trabalhar ativamente na gestão e valorização das suas áreas verdes, bem como na conservação da biodiversidade e na requalificação de edifícios e infraestruturas, com vista ao progresso no desenvolvimento sustentável.

## REDUÇÃO DE PAPEL E DIGITALIZAÇÃO (*PAPER FREE*)

A redução do consumo de papel e a desmaterialização de processos quotidianos e administrativos, representam um contributo relevante para a sustentabilidade, ao promoverem, não só, a diminuição da utilização de recursos naturais e de matérias-primas, necessários à produção de papel, mas também ganhos de eficiência, comodidades e redução de custos.

Com este propósito, e alinhado com objetivos ambientais e de eficiência institucional, o IPC implementa uma estratégia abrangente de digitalização e de

adesão a iniciativas *paper free*. Entre os processos já desmaterializados destacam-se a gestão de horários letivos e de exames, a gestão de viaturas de serviço, os pedidos de deslocação em serviço, diversos procedimentos internos de recursos humanos e requerimentos académicos submetidos pelos estudantes.

TABELA 11 - INDICADORES RELACIONADOS COM A REDUÇÃO DE PAPEL E A DIGITALIZAÇÃO

<b>Papel consumido</b> 7 304 resmas de papel
<b>Biblioteca digital e recursos didáticos digitais</b> O IPC conta domínios em plataformas digitais, com coleções de materiais didáticos e recursos bibliográficos
<b>Digitalização de processos administrativos</b> Foram disponibilizados digitalmente 44 381 processos administrativos, representado 95% desses procedimentos

Ao adotar estas medidas e comportamentos estratégicos, o Politécnico de Coimbra assume práticas ambientalmente responsáveis e inovadoras, reforçando o compromisso com a construção de uma Escola mais sustentável, eficiente e preparada para os desafios do futuro.

TABELA 12 - ODS ASSOCIADOS COM A META REDUÇÃO DE PAPEL E DIGITALIZAÇÃO

**ODS relacionados**



As iniciativas desenvolvidas devem garantir a continuidade da **transição digital**, reforçando a contribuição para a **proteção do meio ambiente**.

## ALIMENTAÇÃO E DESPERDÍCIO ALIMENTAR

A alimentação e o desperdício alimentar são temas prioritários na Agenda 2030 e o IPC assume um papel estratégico na promoção de medidas em relação à sustentabilidade alimentar.

O Politécnico procura combater o desperdício alimentar, através da otimização da gestão das refeições e por meio de campanhas de sensibilização para a sustentabilidade alimentar.

TABELA 13 - INDICADORES RELACIONADOS COM ALIMENTAÇÃO E O DESPERDÍCIO ALIMENTAR

<b>Número de atendimentos realizados nas cafeterias dos SAS IPC</b>
34 8152 atendimentos, numa média de 3 500 atendimentos diários
<b>Número de refeições servidas</b>
197 916 refeições servidas
<b>Disponibilização de refeições vegetarianas e vegan nas cantinas</b>
Sim
<b>Desperdício alimentar</b>
15.83 toneladas
<b>Vendas nas cafeterias do IPC</b>
397.5 mil vendas nas cafeterias
<b>Promoção de alimentos locais e sazonais com menor impacto ambiental</b>
Sim, quando possível
<b>Campanha de comunicação sobre alimentação sustentável e saudável disponível na IES</b>
Presente em todas as UO ou no website do IPC e das IES

As cantinas e cafeterias do IPC são locais bastante frequentados pela comunidade acadêmica. Estes espaços oferecem dietas sustentáveis e variadas, além de comercializarem produtos locais e sazonais. O desperdício alimentar, contudo, permanece um desafio, que deverá ser combatido com maior rigor, em articulação com as campanhas de sensibilização já promovidas pelo IPC.



FIGURA 8 - CANTINA DO CAMPUS AGRÁRIA/ISCAC

Não obstante, a política alimentar em vigor nas cantinas e cafeterias tem sido objeto de melhoria contínua, tanto na qualidade como na diversidade, resultado da intervenção de nutricionistas e cozinheiros, assim como no reforço contínuo dos cuidados de formação permanente de higiene e segurança alimentar.

TABELA 14 - ODS ASSOCIADOS À META DA ALIMENTAÇÃO E DESPERDÍCIO ALIMENTAR



Os serviços prestados são **inclusivos para toda a comunidade académica e oferecem** a todos os que pretendam usufruir das cantinas/cafetarias a oportunidade de implementar um plano mais robusto que **mitigue o desperdício alimentar**

## II - SOCIEDADE

O Princípio Sociedade, dos Indicadores ASG, é fundamental para o desenvolvimento sustentável de uma sociedade, justa e equitativa. Esta dimensão reflete o compromisso do Politécnico com o bem-estar da comunidade académica, a equidade, os direitos humanos e o desenvolvimento de toda a comunidade envolvente.

O IPC, através de políticas institucionais, programas e iniciativas colaborativas, procura contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo e sustentável.

### REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE

Reforçar a ligação à comunidade constitui, não apenas uma dimensão central na formação de alunos e profissionais, mas também um instrumento de transformação social nos territórios envolventes. Esta ligação posiciona o IPC como um agente ativo na mudança e progresso sustentável.

Neste âmbito, o IPC definiu as seguintes iniciativas:

- Construir instalações no iParque (Parque de Ciência e Tecnologia) de Coimbra;
- Concretizar a Associação para a Inovação e Tecnologia da Região de Coimbra (iTEC) e criar Gabinetes de Inovação Regional (@GIR);
- Formar um conselho entre as UO do IPC, escolas secundárias e profissionais da região, com vista ao reforço da aproximação e ao desenvolvimento de parcerias em relação às escolas e ao IPC;
- Aumentar a oferta académica de Cursos Superiores Técnicos e Profissionais (CTeSP), mestrados e pós-graduações, com parcerias estratégicas adaptadas às necessidades do tecido empresarial.

## COIMBRA ITEC

A Associação Coimbra iTEC é um *hub* de inovação tecnológica e empresarial, criado em 2022, por iniciativa do IPC. Trata-se de uma associação privada sem fins lucrativos que nasceu com o objetivo de aproximar o tecido socioeconómico regional, unindo esforços entre academia e indústria para inovar em conjunto.

A Coimbra iTEC promoveu, em janeiro de 2024, um *business talk*, em parceria com a *Data Science Portuguese Association*, sobre “Relevância da *Data Science* para Profissionais e Empresas” para discutir a aplicação de ciência de dados e programas de capacitação para as pequenas e médias empresas.



FIGURA 9 - JOB SUMMIT IPC & SCIENCE2BUSINESS

Em abril do ano em análise, *Job Summit IPC & Science2Business*, ou seja, a feira de emprego e inovação do IPC, dinamizou um painel sobre “Carreiras Sustentáveis: Pessoas, Produtividade e Competitividade” para refletir sobre o futuro do trabalho, envolvendo estudantes, recém-diplomados e empregadores.

Em junho do mesmo ano realizou outro *business talk* sobre “Gerir Pessoas para Eficiência e Felicidade no Trabalho”. Estas conversas promovem conhecimento e *networking* junto aos empresários da região, funcionando como pontos de encontro entre empreendedores, quadros empresariais, docentes e estudantes interessados em inovação.



FIGURA 10 - *BUSINESS TALK* DEBATEU O TEMA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MUNDO EMPRESARIAL

A Figura 9 apresenta a 2ª edição do *Business Summit*, também organizada pela Coimbra iTEC, em novembro de 2024, manteve o nível de ambição, abordando as consequências da inteligência artificial nas empresas e apresentou-se com o auditório cheio de reflexões sobre a transformação digital e competitividade. Estas cimeiras anuais posicionam a Coimbra iTEC como organismo catalisador de diálogos entre o meio académico e o tecido empresarial, colocando frente a frente decisores experientes e investigadores para debater e explorar problemas concretos e soluções inovadoras.

## INOPOL – ACADEMIA DE EMPREENDEDORISMO

O INOPOL – Academia de Empreendedorismo, é a UO transversal do IPC, dedicada a promover a inovação, o empreendedorismo, a valorização do conhecimento e a empregabilidade no seio da comunidade académica. A atuação deste organismo está alinhada com a estratégica institucional do Politécnico de fomentar uma cultura empreendedora em todos os níveis da



FIGURA 11 - LOGÓTIPO DO INOPOL

organização, incentivando práticas inovadoras e a transferência do conhecimento gerado para a sociedade.

O INOPOL atua em diversos domínios complementares, com destaque para a incubação de empresas e projetos de vocação empresarial, a capacitação e *networking*, a proteção e valorização do conhecimento e o reforço da ligação entre o meio científico e tecnológico e o tecido empresarial, promovendo igualmente a inserção profissional dos estudantes e diplomados do IPC.



FIGURA 12 - EDIFÍCIO DO INOPOL

No plano regional, salienta-se a iniciativa CR Inove – Catalisador Regional de Inovação da Região Centro. O INOPOL é parceiro ativo desde projeto, contribuindo para articular a inovação regional entre empresas, *start-ups* e entidades do sistema científico e tecnológico. Através do CR Inove, o IPC participa na definição de estratégias para fortalecer o ecossistema de inovação da região centro, alinhado com outras IES e agentes económicos locais.



FIGURA 13 - *JOB SUMMIT IPC & SCIENCE2BUSINESS*



FIGURA 14 - *COIMBRA INVEST SUMMIT*

As Figuras 12 e 13 ilustram a 3ª edição do evento *Job Summit IPC & Science2Business* e o *Coimbra Invest Summit*, respetivamente, coorganizados pelo INOPOL – Academia de Empreendedorismo, no Convento de São Francisco, em Coimbra.

TABELA 15 - ODS ASSOCIADOS COM O REFORÇO DA LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE

### ODS associados



Ao incorporar este conjunto de medidas na sua gestão, o IPC fortalece a sua relevância social e consolida-se como uma instituição comprometida com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

## FORMAR MAIS ESTUDANTES

A consolidação e o crescimento sustentável do IPC dependem, em grande medida, da capacidade de atrair novos estudantes e de reforçar a posição enquanto instituição de ensino superior de referência. Formar mais estudantes é fundamental para o desenvolvimento sustentável, uma vez que os capacita com ferramentas para tomar decisões que contribuam positivamente para todas as dimensões da sustentabilidade.



FIGURA 15 - IPC NA FUTURÁLIA

Com este propósito, o IPC definiu os seguintes objetivos:

## Relatório de Sustentabilidade 2024 | IPC

- Promover a oferta formativa e os resultados das investigações realizadas, através de vídeos promocionais, divulgados nos canais de comunicação do IPC;
- Participar em feiras educacionais e divulgar a oferta formativa do Politécnico junto de escolas secundárias e profissionais;
- Continuar a atribuir bolsas de méritos a estudantes com média igual ou superior a 17 valores;
- Internacionalizar as UO e fomentar parcerias com organismos estratégicos.



FIGURA 16 - STAND DO IPC NA FUTURÁLIA

Em 2024, o IPC participou na feira de educação Futurália, conforme apresentado na Figura 15. Enquanto patrocinador, o IPC instalou o seu *stand* informativo sobre a oferta formativa das Escolas do IPC, aumentando a conexão e a visibilidade com os futuros alunos do ensino superior.

Adicionalmente, no ano letivo 2023/24 o IPC visitou 78 escolas, com o projeto “Politécnico *4ME on the road*”. Ou seja, o IPC desloca-se às escolas secundárias de norte a sul do país, cobrindo todas as regiões de Portugal continental. Esta

passagem foi determinante na escolha de muitos jovens que concluíram o ensino secundário em 2024.



FIGURA 17 - ESTUDANTES DO IPC NUMA ESCOLA SECUNDÁRIA

Cada feira, cada sessão de apresentação ou *stand* montado apresenta-se como momento chave de interação, onde esclarecemos dúvidas, partilhamos experiências e tudo o que o IPC tem para oferecer. Essa proximidade pessoal foi essencial para reforçar o posicionamento do Politécnico e criar laços de confiança, evidenciando um crescimento notável no esforço de captação nacional de estudantes.

TABELA 16 - ODS ASSOCIADOS COM A META PARA FORMAR MAIS ESTUDANTES



As atividades realizadas tiveram como objetivo a **divulgação da oferta formativa** do Politécnico e a consolidação de **parcerias estratégicas** entre diferentes organizações.

## MELHORAR A OFERTA FORMATIVA E A QUALIDADE DO ENSINO

O ensino é um pilar essencial no desenvolvimento sustentável, uma vez que a educação é a base para a formação de jovens com consciência ambiental e capazes de tomar decisões sustentáveis. Assim, pressupõe-se que ao melhorar a qualidade do ensino, os alunos estarão mais preparados para responder aos desafios com soluções sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.



FIGURA 18 - RECEÇÃO AOS NOVOS ALUNOS DO IPC

De forma a acompanhar o desempenho académico, o IPC pretende aumentar a taxa de alunos que concluem o ciclo de estudos e, adicionalmente, reduzir a taxa de abandono escolar. Desta forma, é importante definir medidas estratégicas que respondam às necessidades do mercado de trabalho

e dos estudantes, através da inovação tecnológica e científica. Melhorar a oferta formativa e a qualidade do ensino contribui para uma sociedade mais justa e alinhada com o crescimento económico sustentável.

TABELA 17 – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA 1ª FASE DO ANO LETIVO 2023/2024

<b>Alunos inscritos em licenciatura</b>	<b>Alunos inscritos no mestrado</b>
12 342	2 122

No ano letivo 2023/2024 matricularam-se 12 342 alunos na primeira fase de candidaturas. Para os mestrados inscreveram-se 2 122 alunos, que corresponde ao maior número de alunos matriculados neste ciclo de estudos. 499 estudantes obtiveram o grau de mestre no mesmo ano letivo.

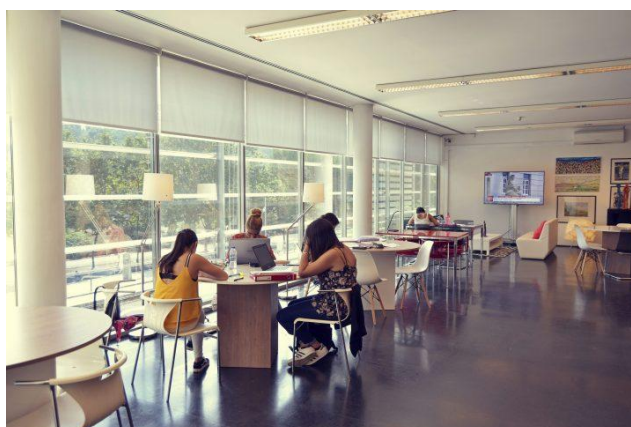


FIGURA 19. SALA DE ESTUDO DO IPC

Lecionar doutoramentos tornou-se uma realidade para o IPC, a partir do ano letivo 2024/2025. Somente politécnicos com unidades de I&D de elevado desempenho estão habilitadas a propor programas doutorais, tendo o Politécnico de Coimbra consagrando-se como uma dessas Instituições, pelo seu percurso académico e científico. O primeiro curso do 3º ciclo de estudos do IPC é o Doutoramento em Sustentabilidade Agro-Alimentar e Ambiental, resultante do consórcio entre os Institutos Politécnicos de Coimbra, Castelo Branco, Santarém e Viseu, que reforça a cooperação entre instituições e a aposta na produção de conhecimentos vocacionados para os desafios da sustentabilidade.

TABELA 18 - INDICADORES RELACIONADOS COM A MELHORIA DA OFERTA FORMATIVA E A QUALIDADE DO ENSINO

<p><b>Adequar a oferta formativa às atuais exigências de mercado</b></p> <p>Esta medida procura reformular o plano de estudos dos cursos e melhorar a articulação dos conteúdos programáticos</p>
<p><b>Reforçar o funcionamento de diversos gabinetes como o Gabinete de Apoio ao Estudante e o A2ES</b></p> <p><b>Articulação</b></p>
<p><b>Consolidar as parcerias e a cooperação entre o IPC/Unidades Orgânicas e empresas</b></p> <p>Parcerias e cooperação com Coimbra iTEC, Coimbra <i>Invest Summit</i>, INOPOL e reforço da ligação com Autarquias e empresas</p> <p>Este indicador tem como objetivo promover um ensino mais prático e próximo da realidade empresarial</p>

O Politécnico de Coimbra estabelece como meta continuar a melhorar a eficiência das operações de Cursos Técnicos Superiores e Profissionais (CTeSP). Por conseguinte, quatro das seis escolas do IPC disponibilizam CTeSP, alinhados com as áreas formativas que lecionam, reforçando a missão das Escolas de oferecer uma formação de base prática, orientada para as necessidades do mercado de trabalho e a integração profissional dos estudantes. À data, o IPC leciona 41 CTeSP.

TABELA 19 - ODS RELACIONADOS COM A MELHORIA DA OFERTA FORMATIVA E A QUALIDADE DO ENSINO



As atividades desenvolvidas procuram **aproximar o ensino do desenvolvimento sustentável**, tendo em conta a realidade empresarial e do mercado.

O Politécnico revela-se empenhado em melhorar a sua estrutura pedagógica e as relações com partes externas. Isto significa que o IPC está focado na revisão das metodologias pedagógicas e na adequação das mesmas ao contexto de mercado, assim como na consolidação de parcerias. O IPC também conta com gabinetes dotados de conhecimento para auxiliar e acompanhar a comunidade académica.

## REFORÇAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO

O reforço da internacionalização do ensino superior e da investigação é fundamental para o desenvolvimento sustentável, na medida em que potencia parcerias globais, a partilha de conhecimentos e a formação de profissionais capazes de solucionar desafios ambientais, sociais e económicos complexos. Desta forma, o Politécnico de Coimbra, alinhado com os ODS, promove iniciativas estratégicas para reforçar a internacionalização do ensino e da investigação.

TABELA 20 - INDICADORES RELACIONADOS COM O REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO

<b>Reforçar o crescimento dos programas de mobilidade</b>
Aumentar o número de estudantes em programas de mobilidade <i>outgoing</i> e <i>incoming</i> e o número de docentes em mobilidade <i>outgoing</i> Registaram-se 2 docentes e não docentes em mobilidade de <i>outgoing</i>
<b>Integrar e potenciar projetos de investigação financiados</b>
Integrar e potenciar financiamentos para projetos de investigação
<b>Incentivar doutoramentos e coorientação</b>

Aumentar o número de docentes a participar em projetos de I&D e o número de estudantes doutoramento orientados por docentes do IPC

**Promover investigação científica na publicação dos resultados obtidos e na adesão à carreira académica**

582 artigos publicados em revistas indexadas à base de dados Scopus

4,49% das publicações estão no top 10% de artigos mais citados na categoria de conhecimento e 12,69% das publicações indexadas na Scopus estão no top 10% das revistas mais citadas na respetiva área científica



FIGURA 20 - REUNIÃO DO CONSÓRCIO ERASMUSCENTRO PARA O PROGRAMA ERASMUS+, PERÍODO 2021-2027

A Figura 21 apresenta a primeira reunião do Consórcio ErasmusCentro, no âmbito do programa Erasmus+ 2021-2027, acolhida pelo Politécnico de Coimbra. A Escola teve um papel central na criação e dinamização do consórcio, uma iniciativa pioneira em Portugal, que reúne vários institutos politécnicos da região centro, para

potenciar a internacionalização conjunta. Criado originalmente em 2011 sob coordenação do IPC, foi o primeiro consórcio regional de Erasmus do país, que associa parceiros estratégicos como associações empresariais, autarquias e empresas da região, numa lógica de ecossistema alargado de internacionalização. Este Consórcio proporciona programas de mobilidade internacional a toda a comunidade académica.



FIGURA 21 - ALUNOS DO PROGRAMA ERASMUS+ VISITAM A SERRA DA LOUSÃ

A Figura 22 evidencia alunos de Erasmus+, que realizaram uma viagem à Serra da Lousã. No ano letivo 2023/2024 o IPC aproximou o volume de mobilidade pré-pandemia, onde foram realizadas 1.774 mobilidades entre todas as UO.

Através de iniciativas que visem não só o aumento dos programas de mobilidade internacional (são exemplo os programas de mobilidade como os projetos Erasmus – União Europeia, Erasmus Fora da União Europeia, Bolsas IPC América Latina, Bolsas Santander Ibero-Americanas e Intercâmbio), mas também o impulso à investigação académica, o IPC procura reforçar a sua reputação enquanto instituição de ensino e investigação científica.

TABELA 21 - ODS ASSOCIADOS AO REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO E DA INVESTIGAÇÃO

**ODS relacionados**

<b>4</b> EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 	<b>9</b> INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS 
<b>17</b> PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS 	

Alinhado com a melhoria da **qualidade do ensino**, com a inovação e relações de forma a criar parcerias estratégicas.

## PROMOVER A IGUALDADE E O ENSINO, A SAÚDE, O BEM-ESTAR, A CULTURA E O DESPORTO

A promoção da igualdade, do ensino, da saúde e bem-estar, da cultura e do desporto é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Para estimular a igualdade no acesso à educação e às atividades culturais e desportivas desenvolvidas, o IPC elaborou um conjunto de iniciativas que visam estas áreas prioritárias.

TABELA 22 - INDICADORES PARA A PROMOÇÃO DE IGUALDADE

<p><b>Melhorar a qualidade do serviço prestado nas cafetarias e cantinas de todo o IPC</b></p> <p><b>Criar o serviço de Saúde Escolar e manter em funcionamento as consultas de medicina no trabalho</b></p>
<p><b>Potencializar a autonomia de gabinetes, como o Observatório de Ação Social e o Gabinete de Apoio ao Estudante (GAE)</b></p> <p>Reforçar as bolsas de estudo atribuídas, tendo em consideração o contexto socioeconómico envolvente</p> <p>Apoiar economicamente os estudantes tendo em consideração o contexto socioeconómico envolvente</p>
<p><b>Reforçar o programa “Um professor/Um computador”</b></p> <p>Foram emprestados 57 equipamentos informáticos, garantindo que a falta de tecnologia não seja um obstáculo ao sucesso académico</p>
<p><b>Apoiar iniciativas culturais e desportivas</b></p> <p>Manter e reforçar apoios e iniciativas culturais e desportivas, como o projeto +Cultura e a FADU</p> <p>Potenciar programas culturais e construir um pavilhão desportivo</p>

Os indicadores avaliados pelo IPC encontram-se alinhados em variadas áreas, demonstrando a abordagem holística do Instituto para com a promoção da igualdade. Existem serviços de saúde, atividades culturais e artísticas, atividades desportivas nas quais os alunos podem participar e o Politécnico está empenhado em reduzir as carências tecnológicas e sociais.

### CULTURA

A integração das artes em cursos não artísticos nas IES é cada vez mais valorizada, como meio de promover uma formação mais completa e multidimensional. Esta abordagem contribui para o desenvolvimento de competências essenciais, tanto na formação de profissionais criativos como de cidadãos críticos, conscientes e participativos na sociedade. O contacto com a cultura e as artes potencia o desenvolvimento de *soft skills*, que são cada vez mais relevantes no mercado de trabalho, tais como a comunicação, a criatividade e a sensibilidade social.

Neste âmbito, o Cultural Penedo da Saudade (CCPS) assume um papel central na estratégia do IPC. A sua ação como agente ativo e transformador promove a cultura e as artes como instrumento de desenvolvimento humano, integração comunitária e ligação entre a academia e a sociedade. O



FIGURA 22 - CENTRO CULTURAL PENEDO DA SAUDADE

O CCPS enriquece a formação técnica com uma dimensão humanista, contribuindo para a formação de profissionais mais completos e cidadão mais conscientes.

TABELA 23 - ATIVIDADES CULTURAIS PROPORCIONADAS PELO CCPS

<b>Eventos culturais e artísticos realizados</b>
Foram realizados 209 eventos, dos quais 108 fora disponibilizada transmissão em <i>streaming</i> e 40 incluíram interpretação em Língua Gestual Portuguesa
<b>Número de participantes nos eventos concretizados pelo CCPS</b>
26 097
<b>Atividades extracurriculares concretizadas pelo CCPS</b>
Música, dança, teatro e artes visuais
<b>Número de estudantes que participam ativamente em atividades proporcionadas pelo CCPS</b>
3 079

O CCPS tem-se afirmado com um agente de impacto social, promovendo a inclusão de diferentes públicos e colaborando com organizações da sociedade civil.

## AÇÃO SOCIAL

A Ação Social nas IES permitem alicerçar uma sociedade na qual os jovens possam aspirar a ser reconhecidos e valorizados pelos seus méritos. O IPC destaca-se pela diversidade e de apoios disponíveis, tanto diretos como indiretos, que dão suporte a muitos estudantes.

Com o propósito de apoiar os estudantes, foi criado o GAE em cada UO do IPC, disponível e acessível para apoiar nos diferentes níveis social, pedagógico, psicológico e interpares.

TABELA 24 - ODS ASSOCIADOS COM A META RELATIVA À PROMOÇÃO DA IGUALDADE, O ENSINO, A SAÚDE, O BEM-ESTAR, A CULTURA E O DESPORTO

### ODS relacionados



Atividades vocacionadas para a **redução das desigualdades** no *campus* académico nos domínios **da educação, saúde, desporto e lazer**.

## MELHORAR AS INFRAESTRUTURAS FÍSICAS E DIGITAIS

Capacitar as infraestruturas, físicas e digitais é um processo essencial, uma vez que impacta diretamente a eficiência e a qualidade da resposta institucional. Para melhorar as infraestruturas colocadas à disposição da comunidade académica e científica, o Politécnico desenvolveu iniciativas estratégicas no âmbito do património edificado e nas infraestruturas digitais.

TABELA 25 - INDICADORES RELACIONADOS COM A MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS

### **Património edificado**

Requalificação dos espaços e dos edifícios das Escolas do IPC

Requalificação do iParque

Adaptação de edifícios para alojar os CTEsP e uma escola dedicada a Pós-Graduações

Construção de edifícios comuns às escolas para um novo refeitório/cafetaria, biblioteca e salas de estudo e renovação dos edifícios e acessos das Escolas do IPC para responder à procura crescente pelo Politécnico

### **Infraestruturas digitais**

Garantir o acesso total a internet e a qualidade dos serviços

Amplificar a rede wireless das residências académicas

Reforçar o sistema informático e criar um *data center* para responder às necessidades tecnológicas

Uniformizar a gestão das estruturas de rede e dos serviços informáticos das UO

Como apresenta a Figura 24, o IPC tem um Polo de Investigação e Ligação à Comunidade do Politécnico, no iParque – Parque de Ciência, Saúde e Tecnologia, instalado no Edifício Business Center Leonardo Da Vinci. O Polo do Investigação do Politécnico tem como fim aproximar o meio



FIGURA 23 - POLO DE INVESTIGAÇÃO DO IPC, LOCALIZADO NO IPARQUE

académico e o setor económico e industrial da região, estimulando a investigação, o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico.

TABELA 26 - ODS ASSOCIADOS À MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS FÍSICAS E DIGITAIS

### ODS relacionados



As iniciativas adotadas pelo IPC pretendem garantir o acesso a uma **educação de qualidade** e **sem desigualdades**, modernizando as **infraestruturas** e estimulando a **inovação** e a **indústria**.

## IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Garantir a igualdade de oportunidades é essencial porquanto é uma meta que está interligada com as três dimensões da sustentabilidade: o ambiente, a sociedade e a economia. O IPC, ao promover a igualdade de oportunidades, está a capacitar a comunidade académica de condições sociais e/ou económicas iguais para todos os alunos, de modo que eventuais carências não constituam barreiras para o futuro dos estudantes, proporcionando um futuro mais justo para todos.

TABELA 27 - INDICADORES RELACIONADOS COM A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE ESTUDANTES

<b>Estudantes inscritos do género feminino</b> 49.37% Total de alunos inscritos no ano letivo 2023/24 = 11 653
<b>Diplomados do género feminino</b> 58.20%
<b>Nacionalidades inscritas</b> Existem 40 nacionalidades inscritas no IPC.
<b>Estudantes estrangeiros</b> 7.86%
<b>Nº de estudantes abrangidos pelo Regulamento Necessidades Educativas Especiais</b> 110
<b>Equipamentos atribuídos no âmbito do Programa de Apoio Social Informático</b> Fora emprestado 57 equipamentos no âmbito do Programa de Apoio Social Informático

O programa de apoio Bolsa de Atividades de Apoio Social (BAAS) é o programa que possibilita que os estudantes realizem atividades, a tempo parcial, nas UO e Serviços do IPC, atribuindo uma bolsa social individual complementar aos diversos formatos de apoios sociais diretos e indiretos

TABELA 28 – APOIOS SOCIAIS E FINANCEIROS QUE PROMOVEM A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

<b>Nº de apoios concedidos através pela instituição (BAAS)</b>
149
<b>Nº de apoios concedidos através de BE-DGES</b>
2 882 bolseiros
<b>Nº de apoios concedidos através A2ES</b>
158
<b>Montante atribuído em BE-DGES</b>
4 723 446.52 €
<b>Ocupação residências</b>
A ocupação das residências situa-se nos 92%

Esta iniciativa tem como objetivo possibilitar aos estudantes a aquisição e desenvolvimento de competências transversais, a promoção da integração social e académica dos estudantes, contribuir para a diminuição do abandono escolar, reforçar a ligação entre os estudantes e o IPC e proporcionar um primeiro contacto com a vida profissional.

TABELA 29 - IGUALDADE PARA OS TRABALHADORES

<b>Trabalhadores do género feminino (pessoal docente)</b>
51.43%
<b>Trabalhadores do género feminino (pessoal não docente)</b>

70.25%

**Dirigentes do género feminino**

77.78%

**Conciliação da vida profissional e pessoal**

O grau de satisfação atribuído pelos trabalhadores do IPC face à conciliação da vida profissional com a vida pessoal foi 7/10 pontos

Esta meta está especialmente focada na redução das desigualdades. Verifica-se que, no ano letivo 2023/24 estavam inscritos quase tantos alunos do género feminino como de alunos do género masculino (49% e 51%, respetivamente). Nesse mesmo ano escolar, observou-se que existiram mais diplomados do género feminino, assim como a maior presença de mulheres em cargos de chefia. O equilíbrio entre vida pessoal e trabalho foi avaliado 7/10 pontos. É de ressaltar a atribuição de apoios financeiros concedidos pelo IPC, como as diversas bolsas de estudo, assim como apoios sociais. Por fim, verifica-se que o IPC acolhe 40 nacionalidades distintas, representando quase 8% dos alunos inscritos nas Escolas do IPC.



FIGURA 24 - RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DO POLO AGRÁRIA/ISCAC

TABELA 30 - ODS RELACIONADOS COM A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

**ODS relacionado**



Instituição focada em reduzir as desigualdades (sociais e financeiras) entre os alunos e em promover a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Com referido, estão a ser realizadas obras de requalificações e construção de novos edifícios nos alojamentos universitários do IPC, de forma a aumentar a capacidade de acolhimento e proporcionar melhores condições aos estudantes.

## EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E FORMAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Promover uma educação de qualidade, inclusiva e alinhada com os princípios de sustentabilidade é essencial para formar cidadãos conscientes e capazes de tomar decisões sustentáveis. Assim, o IPC assume um papel de responsabilidade ao assegurar um ensino de qualidade.

TABELA 31 – INDICADORES RELACIONADOS COM O SUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

<b>Abandono escolar licenciatura</b> 10.30%	<b>Conclusão de licenciatura nos anos previstos</b> 44.60%
<b>Abandono escolar mestrado</b> 18.50%	<b>Conclusão de mestrado nos anos previstos</b> 19.90%
<b>Abandono escolar CTeSP</b> 21.10%	<b>Conclusão de CTeSP nos anos previstos</b> 41.60%

TABELA 32 - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

<b>Unidades curriculares relacionadas com ODS</b> 73.26%
<b>Promoção de atividades relacionadas com os ODS</b>

O IPC promoveu 86 atividades extracurriculares e projetos de disseminação de conhecimento relacionadas com os ODS
<b>Produção de conhecimento relacionado com os ODS</b>
24.91% de artigos científicos e teses publicados sobre sustentabilidade
<b>Projetos financiados associados aos ODS</b>
93.28%
<b>Educação Ambiental Digital</b>
O IPC conta com <i>website</i> dedicado à sustentabilidade gerida pelas IES, que é atualizado ocasionalmente

TABELA 33- INVESTIGAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO DIGITAL

<b>Centros de investigação</b>
Foram criados 7 centros de investigação
<b>Práticas inovadoras de ensino digital</b>
5 ou mais práticas inovadoras de ensino digital.
Exemplos: Wi-Fi gratuito; plataforma de <i>cloud</i> digital gratuita para partilha de documentos; disponibilização gratuita de ferramentas digitais como o Microsoft Office, Google, Zoom, etc.

TABELA 34 – EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

<b>Iniciativas sobre sustentabilidade</b>
63
<b>Eventos de sensibilização para a sustentabilidade</b>
40
<b>Estudantes envolvidos em iniciativas sobre sustentabilidade</b>
5%
<b>Webinars realizados sobre sustentabilidade</b>
5

O Politécnico encontra-se focado na qualidade do ensino e na integração do desenvolvimento sustentável nas unidades curriculares e na comunidade académica. Desta forma, promove atividades que incentivam a inovação, investigação e a modernização das infraestruturas científicas e pedagógica. Paralelamente, aposta na redução das desigualdades e no acesso de permanência, através de plataformas digitais, e na redução das taxas de abandono escolar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

TABELA 35 - ODS ASSOCIADOS À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E FORMAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

**ODS relacionados**



Ao focar-se em transmitir um **ensino de qualidade** e **infraestruturas adequadas**, o IPC é capaz de contribuir para a **redução das desigualdades** entre os alunos e fomentar um acesso de oportunidades o mais homogêneo possível.

## SAÚDE E VIDA ATIVA

Para promover a saúde e uma vida ativa, o IPC adota medidas que têm como objetivo incentivar hábitos saudáveis, uma alimentação equilibrada, a prática de atividades desportivas e culturais e bem como a disponibilização de consultas médicas. Assim, o IPC está comprometido com o bem-estar da comunidade académica, a incentivar a saúde e o fomento da cultura.

## DESPORTO

O desporto, no Ensino Superior, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral dos estudantes. Para além de promover o bem-estar físico e a saúde, também contribui significativamente para a saúde mental, a integração social e o desenvolvimento de competências pessoais e interpessoais, como a liderança, a cooperação, a resiliência e a gestão de tempo.

O Gabinete de Desporto do IPC tem como objetivo garantir que a prática desportiva possa coexistir com o percurso académico dos estudantes, sem comprometer as suas obrigações curriculares. Para tal, promove a criação de



FIGURA 25 - GINÁSIO DO IPC

condições que valorizem o desporto, enquanto complemento formativo e fator de equilíbrio.

O Ginásio do IPC, renovado e equipado com recursos modernos, é um espaço aberto a toda a comunidade académica e à rede *alumni*. Encontra-se aberto todos os dias úteis, dispondo de duas salas de

treino (uma sala dedicada a exercícios de cardio e outra dedicada para treino funcional), com capacidade para 25 a 30 utilizadores em simultâneo. O Ginásio conta com acompanhamento especializado, assegurado por uma profissional responsável pelas avaliações físicas iniciais, pela elaboração de planos de treino personalizado e dinamização das aulas de grupo.

A promoção de hábitos saudáveis junto da comunidade académica, também é realizada através de iniciativas como o programa “Desporto para Todos na

Comunidade”, que organiza atividades abertas a toda a comunidade, entre as quais se destacam “Descida do Rio” e “IPC a Pedalar”.

TABELA 36 - INDICADORES RELACIONADOS COM SAÚDE E VIDA-ATIVA

<b>Eventos desportivos realizados</b>
144
<b>Nº de alunos inscritos em competições desportivas dentro da Instituição (IPC CUP)</b>
412
<b>Número de modalidades IPC CUP</b>
14
<b>Nº de alunos inscritos em competições desportivas académicas a nível nacional</b>
125 alunos
<b>Número de inscrições no Ginásio do IPC</b>
730 inscritos
Inclui a comunidade académica e rede <i>alumni</i>

A Federação Académica do Desporto Universitário (FADU) é a federação desportiva do ensino superior, cuja missão passa pela organização de eventos desportivos, sem esquecer as dimensões educativas e sociais que o desporto proporciona. O IPC participa nestas competições e, ao inscreverem-se nas modalidades desportivas praticadas pelo Politécnico, os alunos têm a oportunidade de participar nos eventos desportivos organizados pela FADU.

No âmbito do desporto universitário, o IPC tem reforçado a sua presença nas competições nacionais. No ano letivo 2024/2025 participaram 164 estudantes-atletas, em 7 modalidades coletivas (entre as quais andebol, basquetebol, futebol e futsal) e 13 modalidades individuais (como atletismo, judo e karaté). Um dos

maiores destaques do desporto universitário foi a conquista do título de campeão nacional de rugby da equipa sénior feminina, da 1ª divisão, na época 2024/2025.



FIGURA 26 - ESTUDANTE-ATLETA UNIVERSITÁRIA DE KARATÉ CAMPEÃ DE



FIGURA 27 - EQUIPA DE RUGBY CAMPEÃ NACIONAL

Em 2024, o Politécnico de Coimbra inaugurou “A Gala de Desporto do IPC”, evento público que celebra as conquistas desportivas e valorizar o esforço dos atletas que conciliam a exigência académica com a prática desportiva. Adicionalmente, o IPC procedeu à revisão do estatuto do estudante-atleta e concedeu 28 bolsas de mérito, num montante global superior a 10.000€.



FIGURA 28 - GALA DO DESPORTO, 2024

## CLÍNICA DO IPC – CLÍNICA GERAL À UNIDADE DE SAÚDE E BEM-ESTAR

A Clínica do IPC encontra-se em funcionamento há mais de 20 anos, desempenhando um papel central na promoção da saúde e no bem-estar de toda a comunidade acadêmica. Desde a sua fundação que tem garantido acesso a cuidados médicos a várias especialidades aos estudantes, promovendo a proximidade, a prevenção e o acompanhamento clínico. Em 2023, a abrangência dos serviços foi estendida aos docentes, não-docentes e membros da rede *alumni*, consolidando a Clínica como um recurso de saúde para toda a comunidade acadêmica.

Ao longo dos anos, a oferta da Clínica do IPC foi sendo progressivamente alargada, incluindo consultas de clínica geral e familiar, planeamento familiar, oftalmologia, clínica dentária, psicologia e psiquiatria, acupuntura, nutrição e fisioterapia.



FIGURA 29 - CLÍNICA DO IPC

O biénio 2024-2025 constitui uma fase de aposta na promoção da saúde mental de toda a comunidade académica. Este reforço é viabilizado através do projeto financiado pela Direção-Geral do Ensino Superior, a “+SaBe: +Saúde e Bem-Estar”, que permitiu a contratação de mais profissionais, em particular profissionais especializados em psicologia e psiquiatria. Estas consultas decorrerão até à conclusão do período de financiamento deste projeto, perspetivando-se a renovação para os períodos seguintes.

TABELA 37 - DADOS SOBRE A CLÍNICA DO IPC

<b>Número total de consultas realizadas na Clínica do IPC</b>
3 717
<b>Número de consultas de psicologia</b>
Aproximadamente 2 000 atendimentos



FIGURA 30. EQUIPA RESPONSÁVEL PELO "+SABE: +SAÚDE E BEM-ESTAR"

O IPC atribui uma valorização crescente às iniciativas associadas ao bem-estar e à saúde relacional. Desde a sua fundação que se destacam práticas colaborativas, que se revelam fundamentais para assegurar a qualidade, inovação e o trabalho em rede, tanto na área da educação como também na área da saúde.

TABELA 38 - ODS ASSOCIADOS À SAÚDE E VIDA ATIVA

**ODS relacionados**



O Politécnico disponibiliza **consultas médicas, atividades desportivas e programas culturais** que promovem a **saúde e o bem-estar** da comunidade académica.



FIGURA 31: TORNEIO DE FUTEBOL

O IPC afirma-se como uma instituição centrada nas pessoas, promotora da inclusão, do bem-estar e do desenvolvimento humano e regional.

Ao investir na educação de qualidade, na igualdade de oportunidades, na cultura, na saúde e na internacionalização, o Politécnico reforça o seu papel transformador na sociedade.

Desta forma, contribui ativamente para uma comunidade académica mais justa, sustentável e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## III - GOVERNANCE

Num mundo em constante transformação, a adoção de boas práticas de *Governance*, como a integridade e a transparência, é cada vez mais essencial para garantir a credibilidade das instituições. Assim, o *Governance* constitui um elemento imprescindível para o funcionamento responsável das instituições.

Neste contexto, a dimensão *Governance*, dos Princípios ASG, reflete o compromisso do Politécnico de Coimbra perante normas como a transparência, a integridade e a ética. Ao adotar medidas sólidas de *Governance*, o IPC dispõe das ferramentas necessárias para gerir os seus recursos de forma sustentável, reforçando a credibilidade e reputação da instituição. Ao aplicar estas práticas, as IES contribuem, não só, para a qualidade do ensino e inovação académica, mas também para a formação de indivíduos mais conscientes, social e ambientalmente responsáveis.

### CONSOLIDAR A MARCA DO IPC E OTIMIZAR A COMUNICAÇÃO

O IPC pretende consolidar a sua imagem enquanto instituição de ensino superior. Para tal, procura reforçar a visibilidade externa e interna da marca do Politécnico, promovendo uma comunicação que envolva ativamente todas as UO. Isto tem sido possível através da sua presença na esfera digital e da

**Dia do Politécnico  
de Coimbra**



FIGURA 32 - ILUSTRAÇÃO ALUSIVA AO "DIA DO POLITÉCNICO"

participação em eventos diversos, reforçando o sentimento de pertença e inclusão de toda a comunidade académica e projetando o IPC como uma instituição de ensino superior de referência, a nível nacional e internacional.

Neste contexto, o Politécnico de Coimbra investiu em ações de comunicação e de imagem, que visaram, não só à divulgação das atividades realizadas, mas também ao fortalecimento das relações com os alunos, parceiros estratégicos e o público em geral.

Para tal, as principais iniciativas da instituição passaram por:

- Reforçar a presença, as divulgações e as ações desenvolvidas pelo IPC nos meios de comunicação social. Em 2024 surgiram 208 notícias escritas na comunicação social do Politécnico;
- Valorizar os meios de comunicação, tais como “O Jornal do IPC” e a criação da revista científica “AND”;
- Criar canais de comunicação audiovisual, como uma estação de rádio e um canal televisivo, em parceria com as UO;
- Promover eventos institucionais, tais como o “Dia do IPC” e a “Abertura do Ano Letivo”;
- Fortalecer a rede *alumni* e as parcerias estratégicas;
- Reforçar a comunicação interna e externa, procurando ter uma oferta formativa atrativa e promover a partilha de informação relevante e alinhada com os valores da instituição.



FIGURA 33. CERIMÓNIA DE ABERTURA SOLENE DAS AULAS DO IPC, 11 DE SETEMBRO

O “Jornal do IPC” é um canal importante de comunicação interna e externa, divulgando notícias da Escola, entrevistas, artigos de opinião e reportagens sobre projetos do IPC, num formato acessível ao grande público. Paralelamente, em 2024, o IPC editou o livro comemorativo do 45º aniversário do IPC, que regista a evolução do Instituto e homenageia a comunidade académica de cada época.

## AUMENTAR A FLEXIBILIDADE DA ORGANIZAÇÃO E A EFICIÊNCIA DE GESTÃO

Com vista a aumentar a flexibilidade e eficiência dos procedimentos, o IPC propôs-se à desmaterialização de processos, a apoiar e monitorizar o planeamento das atividades realizadas e à iniciativa *paper free*. Estas medidas contribuem para um uso racional dos recursos naturais e humanos e promovem a igualdade e a não discriminação.

Dada a importância da eficiência na execução de tarefas e de forma a melhorar e a rentabilizar os processos de gestão, o IPC definiu iniciativas estratégicas em sete vetores: serviços académicos, recursos humanos, compras e aprovisionamento, serviços financeiros, planeamento, auditoria e qualidade,

tecnologias de informação e comunicação e ação social, apresentados na tabela seguinte.

TABELA 39 - INDICADORES RELACIONADOS COM A FLEXIBILIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E A EFICIÊNCIA DA GESTÃO

<p><b>Serviços académicos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuar a integração de projetos de digitalização e automatização académica, assim como a iniciativa <i>paper free</i></li> <li>- Simplificar procedimentos afetos à gestão académica</li> <li>- Melhorar a eficiência dos CTeSP, incluindo a criação de uma estrutura autónoma de gestão</li> </ul>
<p><b>Recursos humanos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Digitalizar e automatizar todas as tarefas e procedimentos possíveis</li> <li>- Definir carreiras correspondentes às atividades desenvolvidas (assistente operacional, assistente técnico ou técnico superior)</li> </ul>
<p><b>Compras e aprovisionamento</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Digitalizar e automatizar os processos internos</li> <li>- Aperfeiçoar a rede de abastecimento comum do politécnico, em especial determinando o volume de compras comuns às unidades orgânicas para conseguir melhores condições junto dos fornecedores</li> </ul>
<p><b>Serviços financeiros</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concluir o processo de implementação de contabilidade analítica e aplicá-la em orçamentos futuros e na gestão de projetos de investigação</li> <li>- Rentabilizar e otimizar os sistemas informáticos disponíveis</li> </ul>
<p><b>Planeamento, auditoria e qualidade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reavaliar os indicadores SIGQ adotados pela instituição e aplicar aqueles em que IPC se enquadra</li> <li>- Automatizar os procedimentos de SIGQ</li> <li>- Acompanhar o planeamento e a execução de projetos estratégicos, focados nas prioridades do IPC</li> </ul>
<p><b>Tecnologias de informação e comunicação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colaborar com a iniciativa <i>paper free</i></li> <li>- Renovar o parque tecnológico do IPC</li> <li>- Garantir o programa “Um professor/Um computador”</li> </ul>

<b>Ação social</b>	Prosseguir com o objetivo <i>paper free</i> Implementar o projeto +Social, para agilizar processos como alojamento, alimentação, voluntariado, entre outros
--------------------	--

Este conjunto de iniciativas demonstra o empenho do IPC em modernizar a sua gestão, reforçando a transparência, a eficiência e a sustentabilidade institucional, através da adoção de práticas inovadoras e integradas em todas as áreas de atuação.

## VALORIZAR E MOTIVAR OS RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos constitui um vetor estratégico e essencial para o sucesso e sustentabilidade das escolas superiores, uma vez que a produtividade, a inovação, melhora o bem-estar social e fortalece o compromisso com práticas inclusivas e ambientalmente responsáveis. O progresso institucional, bem como a sua diferenciação e projeção dependem da capacitação, motivação e reconhecimento dos seus profissionais. Neste sentido, o IPC:

- Promove a equidade nas oportunidades de progressão na carreira entre docentes e não docentes;
- Reforça os mecanismos de apoio à progressão académica do corpo docente, assegurando a correspondência efetiva entre os méritos académicos e a progressão da carreira;
- Estimula a qualificação contínua dos não docentes, reconhecendo formalmente essas competências através da atribuição de novas funções, responsabilidades e, quando aplicável, da reclassificação profissional e/ou alteração de estatutos.

Em média, os trabalhadores do IPC contam com 39 horas de formação contínua

## ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO

A sustentabilidade económica e financeira é um pilar estratégico para garantir a estabilidade e continuidade, a longo prazo, do Instituto. Assim, o IPC definiu como linhas de atuação o reforço das receitas provenientes da venda de bens e prestação de serviços do Politécnico; a captação de financiamentos externos, por meio de candidaturas e programas (como o PRR, Horizonte 2030, Fundo Ambiental, o programa Erasmus+, entre outros) que se alinhem com a missão e valores da instituição; e a promoção de autonomia financeira do Instituto de Investigação Aplicada (i2A), reduzindo gradualmente a sua dependência do orçamento dos Serviços Centrais.



FIGURA 34 - IMAGEM ALUSIVA AO I2A

O i2A é a unidade de investigação aplicada do IPC, orientada pelos valores da cooperação, excelência, inovação, interdisciplinaridade e sustentabilidade, que desempenha um papel central no progresso como instituição geradora de conhecimento e capaz de conquistar financiamento competitivo a nível nacional e europeu. Esta UO de apoio visa a partilha de conhecimentos e a inovação, articulando-se com as Escolas do IPC e abrangendo várias áreas de estudo e

científicas. Encontra-se aberto a toda a comunidade académica e conta com parcerias, em particular, pequenas e médias empresas, tendo como objetivo desta equipa de trabalho passa por desenvolver soluções inovadoras que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a consolidação do IPC enquanto instituição de investigação.

O i2A, enquanto UO dedicada ao I&D+I em diversas áreas do saber, promove a investigação aplicada e atua como um *hub* transversal, integrando equipas de várias áreas científicas e apoiando-as desde a identificação de oportunidades de financiamento até à gestão financeira dos projetos e promove. Em 2024, contabilizava 41 projetos de I&D e 2.2 milhões de euros resultantes de novos projetos de copromoção empresarial, previstos no Portugal 2030.

A dimensão Governance constitui um pilar essencial para a sustentabilidade organizacional e para o cumprimento da missão pública do Instituto Politécnico de Coimbra.

Através da integração de boas práticas de gestão, transparência e ética institucional, o IPC reforça a confiança da comunidade académica e da sociedade civil, garantindo a utilização responsável e eficiente dos recursos.

As ações implementadas em 2024 evidenciam uma abordagem estratégica e integrada da *Governance*, traduzida em:

- Maior flexibilidade organizacional e modernização de processos administrativos;
- Promoção da comunicação transparente e inclusiva, reforçando a identidade institucional;
- Investimento no desenvolvimento e valorização dos recursos humanos;

## Relatório de Sustentabilidade 2024 | IPC

- Captação de financiamento competitivo e diversificação de receitas, assegurando a sustentabilidade económica e financeira;
- Adoção de soluções digitais e práticas *paper free*, aumentando a eficiência e reduzindo o impacto ambiental.

Com estas medidas, o IPC consolida-se como uma instituição moderna, responsável e resiliente, capaz de responder com agilidade aos desafios da transição digital, ecológica e social.

A *Governance*, enquanto dimensão do desempenho sustentável, assegura que o progresso académico e científico se desenvolve num quadro ético, transparente e participativo, contribuindo para o reforço da credibilidade e da liderança institucional do Politécnico de Coimbra, a nível nacional e internacional.

## CONCLUSÃO

O Relatório de Sustentabilidade do Instituto Politécnico de Coimbra reflete o compromisso da instituição com a construção de um futuro mais sustentável, justo e inclusivo. Através da integração das dimensões Ambiente, Sociedade e Governance, o IPC evidencia o seu papel enquanto agente de transformação na comunidade académica, na região e no país.

Os dados apresentados permitem reconhecer os progressos alcançados e identificar oportunidades de melhoria, nomeadamente no que se refere à eficiência energética, à gestão de recursos naturais, à mobilidade sustentável, à igualdade de oportunidades e à valorização dos recursos humanos.

O IPC assume-se como uma instituição de ensino superior responsável, que articula a formação de qualidade com a investigação e a inovação, em consonância com os ODS. Ao reforçar as suas parcerias, investir em infraestruturas físicas e digitais e apoiar a comunidade académica, o Politécnico contribui para a redução das desigualdades e para o desenvolvimento económico e social da região.

A consolidação das políticas de sustentabilidade permitirá ao IPC prosseguir a sua missão de formar cidadãos conscientes e socialmente responsáveis, capazes de enfrentar os desafios ambientais, económicos e sociais do futuro. O Politécnico de Coimbra reafirma, assim, a sua determinação em adotar práticas cada vez mais sustentáveis, inovadoras e inclusivas, alinhadas com a Agenda 2030 e com os compromissos globais de sustentabilidade.

Em síntese, o Relatório de Sustentabilidade do IPC reafirma o compromisso da instituição em liderar pelo exemplo, promovendo uma cultura de responsabilidade, inovação e sustentabilidade que inspira a transformação positiva da sociedade.